



REPORTAGEM

Futebol Feminino
34º Copa Batom

Pág. 06

ENTREVISTA

A.A. 88 anos
de existência
no mundo

Pág.11



REPORTAGEM

Itaipu na Ditadura:
mais de 100 mortos
e 43 mil acidentes

Pág. 24



ENTREVISTA

Chacina de
Unai: SINAIT
clama por justiça

Pág. 28

Atente!

INDICADOR DE RUMOS DA INFORMAÇÃO • Ano II - Nº 37 JUN/JUL/2023 - Teresina(PI)

Ex-mulher de Arthur Lira o acusa de violência sexual

- Pela primeira vez, Jullyene Lins afirma ter sido vítima de estupro em 2006





CHACINA DE UNAÍ – PGR PEDE PRISÃO IMEDIATA DE TRÊS CONDENADOS POR SEREM MANDANTES

O procurador-geral da República (PGR), Augusto Aras, pediu ao Supremo Tribunal Federal (STF) a concessão de liminar para garantir a execução imediata da ordem de prisão contra Norberto Mânica, José Alberto de Castro e Hugo Alves Pimenta, condenados por serem mandantes da Chacina de Unaí.

Os três foram condenados pelo Tribunal do Júri em 2015, mas permanecem em liberdade por decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ).

Na reclamação 59.594, enviada ao STF, o PGR contestou o acórdão da Quinta Turma do STJ que impediu a execução provisória das penas, que variam de 31 a 65 anos de prisão.

A Quinta Turma alegou aplicar entendimento firmado pelo STF, que declarou inconstitucional a prisão automática do réu após a condenação em segunda instância – o Código de Processo Penal (CPP) exige o trânsito em julgado da condenação para o início do cumprimento da pena.

No entanto, para Augusto Aras, esse entendimento não pode ser aplicado no caso da Chacina de Unaí, já que o artigo 492 do CPP determina a execução provisória das penas em caso de condenação aplicada pelo Tribunal do Júri igual ou superior a 15 anos de reclusão.

O PGR ainda alegou que o STF contrariou a Súmula Vinculante 10, que estabelece que os tribunais só podem afastar a aplicação de leis pelo voto da maioria absoluta de seus membros, e não por órgão fracionário, como é o caso da Quinta Turma do STJ.

Para o Procurador-Geral, ao analisar o caso, o STJ desconsiderou a norma prevista no artigo 492 do Código de Processo Penal (CPP) - na redação dada pela Lei 13.964/2019 - que determina a

execução imediata de pena igual ou superior a 15 anos aplicada pelo Tribunal do Júri.

A chamada reserva de plenário está prevista no artigo 97 da Constituição Federal. Essa regra poderia ter sido dispensada se já houvesse pronunciamento do órgão especial do Tribunal ou do STJ sobre o tema, o que não ocorreu até o momento.

Para o presidente do SINAIT, esta é uma notícia que traz esperança e confiança de que a justiça seja feita. “Foram quase duas décadas de sofrimento em busca de punição dos culpados. Precisamos ter um desfecho justo e que acalme o coração dos familiares e colegas. Os criminosos precisam cumprir suas penas na cadeia”, disse Bob Machado.

A Chacina de Unaí completou 19 anos no dia 28 de janeiro. Nove pessoas foram indiciadas como mandantes, intermediários e executores do crime que vitimou os Auditores-Fiscais do Trabalho Eratóstenes de Almeida Gonsalves, João Batista Soares Lage e Nelson José da Silva, e o motorista do Ministério do Trabalho Ailton Pereira de Oliveira. Os Auditores-Fiscais do Ministério do Trabalho faziam uma fiscalização considerada pela Delegacia Regional do Trabalho de Minas Gerais (hoje Superintendência) uma operação de rotina.

Após serem condenados por júri popular, em 2015, todos os mandantes tiveram suas penas reduzidas em 2022. Já Antério teve sua condenação anulada e foi novamente a julgamento em maio de 2022, quando condenado pela segunda vez, recebeu a pena de 64 anos de prisão.

Os matadores foram condenados em 2013. Rogério Alan, a 94 anos de prisão; Erinaldo Silva, a 76; e William Gomes, a 56 anos. Veja aqui a Petição Inicial e aqui o Resp 1973397.

NO BRASIL, HÁ APENAS UM AUDITOR-FISCAL DO TRABALHO PARA CADA 52 MIL TRABALHADORES

Por Cristina Fausta

O SINAIT instalou seis outdoors nas imediações do Aeroporto Internacional de Brasília Presidente Juscelino Kubitschek para chamar a atenção da sociedade e das autoridades dos Três Poderes para a necessidade urgente de realização de concurso público para o cargo de Auditor-Fiscal do Trabalho. Os outdoors contêm imagens fortes e estão localizados nas pistas de embarque e desembarque. O sindicato informa que há apenas um Auditor-Fiscal do Trabalho para cada 52 mil trabalhadores e que é preciso reforçar o quadro da fiscalização para acabar com o trabalho escravo, cujos números de pessoas resgatadas revelam que a prática do crime ainda é comum no país.

Além dos outdoors, os delegados sindicais estão engajados na campanha, contatando todos os superintendentes regionais do trabalho e apresentando uma carta que alerta para o desmonte da Auditoria-Fiscal do Trabalho e solicita apoio para a realização do certame. Em Brasília, o presidente do sindicato, Bob Machado, e os diretores têm se reunido com o Executivo e Legislativo para tratar do tema e chamar atenção para o déficit de pessoal - em 2009, a fiscalização do tra-

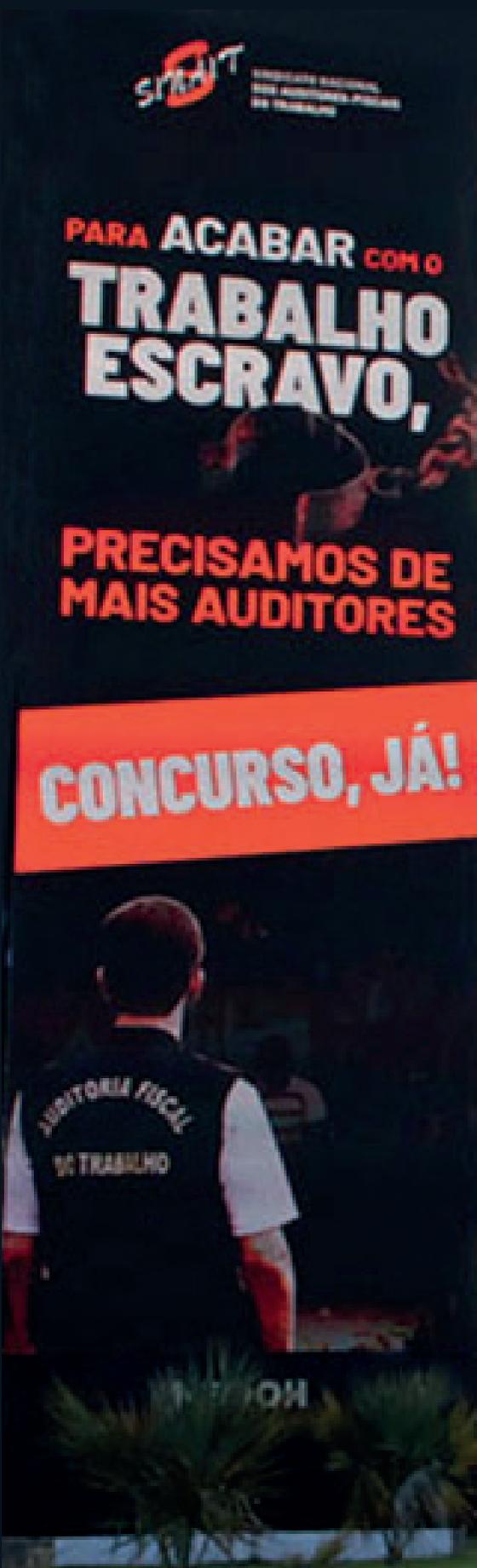
balho contava com 3.113 Auditores; hoje, são apenas 1.959 servidores efetivos.

A campanha do sindicato é um protesto em nome da proteção da sociedade. A carreira da Auditoria Fiscal do Trabalho está há 10 anos sem concurso, e a defasagem de pessoal é superior a 40% da lotação legal. São apenas 1.959 Auditores para fiscalizar mais de 100 milhões de trabalhadores brasileiros. A redução significa uma perda irreparável para o país, uma vez que a categoria é responsável pela fiscalização da legislação trabalhista, de segurança e saúde no trabalho e pelo incremento da receita do governo federal, ao fiscalizar o depósito do FGTS.

Números

Casos recentes de trabalho em condições análogas à escravidão reforçam a urgência da realização de concurso, bem como o aumento de casos de trabalho infantil, que quase quadruplicou nos últimos anos, passando de 573, em 2020, para 2.187, em 2022.

Em 2022, a taxa de óbitos por acidentes de trabalho também foi a maior dos últimos 10 anos. É essencial realizar o concurso para proteger os direitos dos trabalhadores e trabalhadoras do nosso país. Concurso Já!



39º ENAFIT

Fique atento ao prazo para mudança de valor das inscrições, que sofre alteração no dia 7 de julho

Por Andrea Bochi

Faltam pouco mais de dois meses para o grande evento dos Auditores-Fiscais do Trabalho, o Encontro Nacional dos Auditores-Fiscais do Trabalho – Enafit, em sua 39ª edição. Em 2023, São Paulo recebe as atividades, que ocorrem de 17 a 22 de setembro.

A abertura do Enafit será no Buffet Giardini e os trabalhos técnicos serão realizados ao longo de toda a semana no Centro de Convenções Rebouças.

Todas as informações e as inscrições estão disponíveis no hotsite www.enafit.com.br. A inscrição será confirmada quando o pagamento for realizado, e os valores podem ser consultados na página na internet.

Os preços atuais valem até o dia 7 de julho. A Comissão Organizadora reforça que Auditores-Fiscais do Trabalho não poderão se inscrever como acompanhantes em hipótese alguma.

PROGRAMAÇÃO TÉCNICA

A programação técnica do Enafit contemplará temas da atualidade relativos à Inspeção do Trabalho e ao mundo do tra-

balho. O tema geral é “A Auditoria-Fiscal do Trabalho na defesa dos direitos fundamentais da classe trabalhadora”.

Auditores-Fiscais do Trabalho estão sendo convidados para desenvolver os temas propostos. Também haverá convidados de outras carreiras do serviço público e de instituições. Os debates técnicos contemplarão contrapontos e reflexões.



SÃO PAULO - 17 a 22 de setembro

INSCRIÇÕES ABERTAS

VISITE O HOTSITE DO EVENTO: ENAFIT.COM.BR



Jair B inelegível!?

Com o voto do ministro relator Benedito Gonçalves, do TSE, em 27.jun, favorável a inelegibilidade de Jair B por 8 anos, por abuso de poder político..., tudo indica que os outros ministros da corte eleitoral o acompanharão, confirmando que Jair já pode ir dando adeus à sua sanha golpista.

Isso se um dos dois ministros – Raul e Kássio - indicados pelo ex-inquilino do Planalto não pedir vistas do processo, o que é possível... se considerar as pressões advindas dos bolsonaristas e do próprio chefe da seita, sugestionando-os a fazer tal coisa na vã tentativa de ganhar tempo pra atrasar o julgamento. Mas não adianta procrastinar, sua inelegibilidade está em marcha, cedo ou tarde vai acontecer, e a população soltará o grito preso na garganta: “Chegou tua vez de pagar pelos teus crimes, FASCISTA!”.

Os argumentos do relator colocam-no como articulador da tentativa golpista contra a democracia no 8.jan, transmitido ao vivo e em cores pela mesma imprensa que o ajudou ser “presidente” no verão passado. Apostando na desordem esgarçada no citado dia, seria alçado a presidente impedindo Lula de assumir a Presidência da República eleito democraticamente, tudo pra cumprir a “missão” de ditadorzinho barato e colocar em prática as ordens da extrema direita de dentro e fora do país.

Mas o tiro saiu pela culatra. Os democratas venceram. Jair, quanto seus apoiadores são flagrados como conspiradores do golpe. É questão de tempo o primeiro ser condenado também criminalmente pelos outros crimes bem vivos na memória da população. Já os outros bundões conspiradores... borram-se nas calças ao serem pegos em contradição na CPMI (Comissão Parlamentar Mista de Inquérito) tentando defender o “mito”.



https://www.cartacapital.com.br/politica/o-dia-seguinte/

Tchau genocida

Diante dos fatos apresentados pelos parlamentares, adjetivos como “covarde!”, “terrorista!”, “mentiroso!”..., dirigidos aos convocados, que encolhidos nas suas mediocridades ficam calados, diferente de quando se apresentavam como “machões” incitando o golpe, iguais ao chefe, bundão-mor que tenta sem nenhum escrúpulo ser anistiado dos crimes que cometera, o que não é preciso elencá-los aqui, apelando à cúpula da burguesia que lhe deu e dá sustentação, mas é tarde demais pra não ser responsabilizado, claro, com o devido processo legal.

Com as instituições funcionando sem interferência, a Justiça será feita e não tem como escapar, pois a Papuda estará de porta aberta pra receber o fanfarrão pra tomar banho de sol junto com seus antes seguidores. Nesse "lar" não tem como curtir da cara do povo passeando de jet ski, motociata...

Mas deixando esse pária da sociedade pra lá, siga na companhia dos articulistas, entrevistados(as). Nesta edição os podres dos poderosos até então intocáveis, são trazidos a lume com responsabilidade jornalística. Ademais, o visual gráfico conta com a sensibilidade do jornalista Giovani Castro. Boa leitura.

EDITOR:

Jornalista: Francisco Carlos Mascarenhas - DRT-PI: 1696

E-mail: atentemascarenhas@gmail.com

http://revistaejornalatente.com.br

Contato: *86 99472-3958

PROJETO GRÁFICO/DIAGRAMAÇÃO:

Jornalista: Giovani Castro - DRT-PI: 1709

E-mail: giovanicastropaz@gmail.com

Contato: *86 98878-1162

Os textos assinados são de inteira responsabilidade de seus autores.

REVISTA

Edição: Nº 37 | Piauí



Carlos Mascarenhas
Jair B. Inelegível

Pág. 05



Marco Aurélio
Julian Assange e o
Jornalismo Investigativo

Pág. 08



Glória Sandes
Cuidado com as galinhas

Pág. 08



Alice Maciel
Ex-Mulher de Arthur Lira
o acusa de violência sexual

Pág. 18

Filme

Pureza
Pág. 32





Ilhotas



NAZÁRIA

REPORTAGEM

Futebol Feminino

“Lugar de mulher é onde ela quer estar”,

diz a técnica do Tiradentes, Aline Miranda.

34ª Copa Batom

Carlos Mascarenhas

SEGUNDA-FEIRA 22 DE MAIO, 18h40, chego ao Estádio Lindolfo Monteiro na companhia do presidente do Sindicato dos Trabalhadores dos Correios, Edilson Net (Som), apoiador do FF. Ao pisar no gramado lembrei do tempo que joguei bola nesse campo, pelo infantojuvenil e juvenil do River que tinha como treinador Zé Barros (*in memoriam*), goleiro profissional do “Piauízão Vibrante”, como lembra meu amigo Lee.

Com a memória pulsando, a indignação surge sem pedir licença lembrando-me do nome dado ao estádio que homenageia o prefeito interventor Lindolfo do Rego Monteiro (1º/2/1936 a 11/11/1945), acusado, à época, de ser respon-

sável por atear fogo nas casas de palha das pessoas pobres, bem documentado no livro do historiador piauiense Francisco Alcides do Nascimento: A cidade sob o fogo – modernização e violência policial em Teresina (1937-1945). Uma sugestão de leitura pra quem

quer ter uma causa pra se indignar e lutar com consciência, porque, infelizmente, ontem como hoje as atrocidades continuam, e nos últimos 4 anos foi acentuada pela política de um governo fascista, embora preste a pagar pelos seus crimes, começando pela inelegibi-

lidade já prospectada, e se espera não seja anistiado pra poder responder também criminalmente, pois a Papuda o espera. Seus alienados, puxa-sacos golpistas já estão sentindo a força do Estado, que apesar de omissão no verão passado, volta aos trilhos



Tiradentes



Real Fênix...



fazendo com que os delinquentes, inclusive os de terno e gravata, borrem-se nas calças ao sentirem o peso da Justiça no lombo.

Sobre aquele momento... de crueldade, a violência tinha como objetivo a ganância por dinheiro, pra limpar com fogo a cidade dos 'indesejáveis', em nome do progresso..., que para adequar o moderno estilo europeu de cidade, praticava essas monstruosidades contra aquela gente que não tinha tempo sequer de tirar seus pertences, porque o fogo se espalhava queimando tudo, inclusive uma criança recém-nascida, como se ler no livro citado. Para o poeta amarantino Ideraldo Leite, estudioso desse período histórico: "Uma violência que o presente não deve procrastinar, pois as

gerações futuras têm o direito de saber a verdade sobre essa truculência ocorrida em Teresina".

Enfim, espera-se que o leitor(a) compreenda esse recorte, necessário para manter viva a memória através de um jornalismo independente, que denuncia os malfeitos dos poderosos de passado tenebroso e presente obscuro, sem desacreditar que se possa ter um futuro melhor, um Brasil onde a vida esteja acima do lucro.

Mas voltemos ao nosso ponto. Fui ao estádio pra constatar in loco a realidade do futebol feminino, onde o preconceito pode ser visto pela ausência de torcedores(as) nas arquibancadas, apesar da entrada ser zero 800, diferente de quando o jogo é masculino. Mas independente do preconceito

contra essa prática esportiva, as tigras dão um show de bola, melhor do que muitos canelas de pau – com maestria matam a redonda no peito, sabem se deslocar dentro de campo, fazem gol de fazer inveja a quem assiste. Foi o que vi naquela noite de segunda-feira, quatro equipes disputando uma vaga na Copa Batom, a 34ª realizada pela Semel (Secretaria de Municipal de Esportes e Lazer), onde participam 16 equipes. O primeiro jogo começou às 19h, Ilhotas x Tec Nazária, o primeiro venceu por 4 a 3, com 1 gol de Broc, 2 de Clarice e 1 de Emanuele. O segundo: Tiradentes vs Real Fênix (de Altos), o tigrão venceu por 6 a 1, com 3 gols de Eliene, 2 de Clara Bahia e 1 de Amanda. O gol do Real Fênix saiu dos pés de Karol.

Para a organizadora do Tiradentes, Aline Miranda, o futebol feminino ganha visibilidade ao participar da 34ª Copa Batom. "O campeonato tem sido bem-organizado pela Semel. Ano passado fomos as campeãs da competição, e as meninas vêm treinando todas as terças e quintas-feiras lá no campo do Cefap (centro de formação e aperfeiçoamento de praças), pra gente ter êxito sendo as campeãs da Copa Batom deste ano".

Conta que apesar das grandes atletas terem saído do Tiradentes na época do professor Toninho, "mas o Tiradentes é um time grande dentro do futebol feminino, e vamos continuar nessa competição mostrando o futebol das nossas tigras."

“O lugar de mulher é onde ela quer estar”

Aline começou no futebol de base mais ou menos há 8 anos. No início tinha muitas dificuldades porque o futebol é um universo dito masculino, mas nada que uma mulher não possa se inserir dentro desse ambiente, "porque a gente procura estar se capacitando profissionalmente, apesar de muita resistência de alguns treinadores de clubes grandes e de escolinhas de futebol no período da Copa Semel, Sub-13 e Sub-15, mas não das organizações, porque graças a Deus as competições federadas pela Federação quanto pela Semel sempre me trataram como realmente eu sou, uma profissional do esporte. Mas tive alguns treinadores de escolinhas que tinham aquele preconceito todo por eu ser mulher, mas aí eu mostrava com humildade meu talento dentro de campo".

Na época que Aline era auxiliar técnica do River na categoria base, era auma das treinadoras do Sub-13, Sub-15 "se não me engano em 2018, quando o Tiradentes Sub-15 foi campeão de praticamente todas as competições: Piauiense, Copa do Nordeste Água Branca, Copa Semel, teve me-

lhor artilheiro, melhor goleiro, enfim, a gente vai mostrando nosso trabalho. E mostrando para os preconceituosos que o lugar de mulher é onde ela quer estar, se esforçando e mostrando que a gente tem sim essa capacidade".

Aline conta que não conseguiu fazer carreira porque sua mãe era muito "preconceituosa". "O preconceito começa dentro da casa da gente, os pais não aceitam que as meninas joguem futebol. Mas têm muitas meninas preparadas e eu creio que este ano, daqui do Piauí, vão sair atletas para os clubes grandes da Série A, apesar de presenciar o preconceito dentro da nossa própria família, mas vamos tentando quebrar esse tabu de que futebol é só pra menino, mas não é. Futebol é pra todo mundo -- pro menino, menina, pro homem e pra mulher. Só basta ter talento, a pessoa se esforçar que o futebol dá certo". Aline é formada em Pedagogia, Comunicação Social e é geógrafa.

Claudiane de Oliveira Lima, técnica do Real Fênix (de Altos), disse que seu time veio com muita determinação pra enfrentar o Tiradentes e conseguir a vitória, o que não aconteceu, perdeu pro Tiradentes de 6 a 1. Ressaltou que o

Real Fênix é um time amador, o Tiradentes já é profissional, "mas se a gente empata ou ganha é uma grande vitória, por quê? Porque nosso time não tem patrocinador, o que a gente tem é ajuda na questão do transporte, que é dado pela prefeitura da nossa cidade, mas além disso não temos patrocínio de ninguém". Bate de porta em porta pedindo apoio: "mas a gente só recebe não, e não. Então vamos mesmo só com a vontade de vencer, porque não temos apoio nenhum, o próprio poder público dificulta a prática do futebol

feminino, numa clara demonstração de preconceito contra essa prática esportiva", disse Claudiane.

Em entrevista ao jornalista Juca Kfourri, a ministra dos Esportes Ana Moser disse que o esporte deve ser inclusivo, diverso e que as atividades esportivas precisam ter sentido e significado para gerar envolvimento perene na sociedade. "Tem de incluir a todos, ser diverso. Tem de ter um caminho para desenvolver a autonomia, educação integral, construir coletivamente." É o que se espera que aconteça na prática.





Cuidado com as galinhas!

O Lula colocou raposas pra tomar conta do galinheiro . Vejam o caso do ex-governador do Piauí, Wellington Dias, ex-bancário.

Acham que ele não lutou contra a privatização de bancos públicos ? Acham que ele se manteve no PT com um discurso liberal ? Mas, agora que está tão fortalecido , com um pé na dita esquerda e outro pé firmemente ancorado na direita , acha por bem firmar abertamente seu apoio às comunidades terapêuticas, que vão contra os princípios da Reforma Psiquiátrica.E também seu apoio incondicional à entrega de unidades de saúde pública às OSS.

Se não bastasse , tais instituições ainda

são redutos da direita e da extrema direita , muito bem carimbados. Pois é esse ministro um dos que tenta desmanchar o castelo de areia que o Lula vem tentando construir. Digo castelo de areia porque , se não houver um alicerce vigoroso , como disse nossa companheira Tina (quilombola) , os programas sociais que marcam os governos Lula e Dilma (e coalizão) irão todos pro beleléu.

Não é à toa que a agricultura familiar se encontra fragilizada diante do avanço do agronegócio. Ou fazem programas sólidos, que não se desmanchem com um sopro, ou num próximo e não impossível vendaval, eles se desmancharão como bolhas de sabão: lindas de se ver e prestes a sumir.



JULIAN ASSANGE e o jornalismo investigativo atacados pelos EUA

O jornalista australiano Julian Assange, 51 anos, fundador do WikiLeaks – site de jornalismo investigativo com sede na Suécia e sem fins lucrativos – que ganhou notoriedade mundial ao revelar em 2010 vastos documentos confidenciais e ultrassecretos das forças armadas e dos apar-

atos de inteligência norte-americanos, teve negada por um juiz da alta corte de Londres em 08.06.2023 a apelação feita por sua defesa para não ser extraditado para os EUA onde é acusado em 18 processos por crimes contra a segurança nacional.

Desde a fundação do WikiLeaks em 2006 a opinião pública mundial pôde ter aces-

so a documentos, até então inacessíveis, que comprovam conduta antiética, crimes de guerra contra militares, civis inocentes e espionagem por parte dos EUA à Governos, Chefes de Estado e autoridades em várias partes do mundo. Na França, por exemplo, em 2015, a NSA (Agência de Inteligência Americana) interceptava conversas do

então presidente François Hollande e outros dois ex-presidentes. Os arquivos revelados trouxeram à tona uma espionagem econômica de uma década contra o Estado e empresas francesas; Na Alemanha em 2016, a Ex-Chanceler Angela Merkel era alvo de escutas clandestinas; Em Bagdá, capital do Iraque, vídeos mostraram

militares e civis sendo assassinados por tropas norte-americanas; no Brasil, em 2013, o WikiLeaks revelava que a então presidente Dilma Rousseff teve e-mails, telefonemas e mensagens espionados. Além de Dilma, outros 29 telefones de ministros, assessores e diplomatas do seu governo estavam grampeados. Até o avião presidencial usado por Dilma era monitorado por escutas clandestinas. Sobre o caso brasileiro, Julian Assange disse em julho de 2015 “que todas essas informações privilegiadas dos EUA obtidas por meio de grampos beneficiavam empresas norte-americanas nas concessões feitas pelo governo federal na área de infraestrutura”, finalizou.

Numa batalha judicial que se arrasta desde 2019 quando Assange foi preso pela polícia londrina e retirado da embaixada do Equador em Londres, onde o jornalista esteve confinado e permaneceu como exilado político por sete anos (2014-2019), a defesa de Assange vai tentar um novo recurso para tentar impedir a sua extradição. Caso seja extraditado para os EUA e condenado pelos supostos crimes aos quais é acusado, o fundador do WikiLeaks poderá pegar até 175 anos de prisão.

O atual veredito da corte britânica impõe dificuldades à defesa, que já havia conseguido uma sentença favorável em 2021 quando a justiça britânica havia decidido que Assange não deveria ser

extraditado e que devido ao seu estado de saúde poderia cometer suicídio. Na época, uma junta médica composta por mais de 60 especialistas, assinaram um documento requisitando cuidados com a saúde física e mental do detento que está preso desde 2019 numa penitenciária de segurança máxima no sudeste de Londres. Sua colega transexual, a ex-analista militar americana, Chelsea Manning, que ajudou Assange a obter os arquivos secretos do Pentágono e foi presa nos EUA por se recusar a depor contra o jornalista, tentou o suicídio em março de 2020 em uma prisão no estado americano da Virgínia. Chelsea também passava por muitas pressões.

O WikiLeaks já revelou mais de um milhão de arquivos considerados confidenciais e de interesse público, entre mensagens, fotos, vídeos e documentos que mostram desde lavagem de dinheiro em bancos Suícos (2008); despejo ilegal de lixo na Costa do Marfim (2009) até espionagem política, econômica e industrial; crimes de guerra no Afeganistão (2001-2021) na guerra do Iraque (2003-2011) e práticas de tortura na prisão militar estadunidense de Guantánamo em Cuba (2011). Em novembro de 2010 o site e seus cinco correspondentes da grande mídia, Le Monde (França), El País (Espanha), Der Spiegel (Alemanha), The Guardian (Inglaterra) e The New York

Times (EUA) começaram a publicar os arquivos secretos. O WikiLeaks surgiu de ativistas que queriam furar o bloqueio das manipulações de informações e apresentar para a opinião pública aquilo que Estados poderosos e corporações querem esconder. Através do WikiLeaks vários chefes de Estado tomaram conhecimento da espionagem americana.

Desde as revelações apresentadas pelo site em 2010, Julian Assange é vítima da mais escandalosa perseguição judicial e censura contra um profissional da imprensa e retaliações econômicas a uma plataforma de mídia. Empresas como Mastercard, Visa, Paypal e Amazon deixaram de efetivar transações financeiras relacionadas com o WikiLeaks.

Em resposta as tentativas de censura ao site, que pretendiam impedir a publicação de informações de notório interesse público, mais de 200 redes espelho foram acionadas em todo o mundo para que fosse preservado o direito à informação e a liberdade de expressão. A organização Repórteres Sem Fronteiras hospeda desde dezembro de 2010 um site espelho das mensagens do WikiLeaks em “apoio ao direito de publicar informações sem sofrer obstáculos”.

Em março de 2022, Julian Assange se casou na penitenciária de Belmarsh na Inglaterra, com a advogada sul-africana Stella Moris, numa cerimônia simples que teve a

presença do pai de Assange, da mãe, do irmão e dos dois filhos menores do jornalista (nascidos em segredo durante os 7 anos em que ele viveu na embaixada do Equador). A noiva casou e depois se despediu do marido preso, retornando com os filhos para a casa onde mora. Logo após o resultado negativo da última apelação julgada pela corte britânica no início de junho, Stella Assange escreveu no Twitter: “Continuamos otimistas de que venceremos e que Julian não será extraditado para os Estados Unidos, onde enfrenta acusações que podem resultar em passar o resto de sua vida em uma prisão de segurança máxima por publicar informações verdadeiras que revelaram crimes de guerra cometidos pelo governo dos EUA”.

Desde que foi preso em abril de 2019, Assange recebeu solidariedade de políticos, celebridades, intelectuais, ativistas e entidades do mundo todo. Em 11 de abril de 2023, quando completou 4 anos da prisão do jornalista, parlamentares brasileiros entregaram uma carta na embaixada dos EUA em Brasília endereçada ao presidente norte-americano Joe Biden, pedindo a retirada das acusações contra Julian Assange e enfatizando que as revelações do WikiLeaks são salutares para a democracia e obedeceram aos princípios e práticas do jornalismo investigativo.

Assange Livre!

A.A. 88 anos

de existência no mundo

Carlos Mascarenhas

Para lembrar essa data, seus membros sempre se reúnem para manter viva a mensagem desde aquele 10.jun.1935, ocorrido na cidade Akron (Ohio, EUA), onde nasceu Alcoólicos Anônimos, fruto de um encontro entre um corretor da Bolsa de Valores de Nova York, Bill W, e o médico cirurgião Bob S (Dr Bob), apesar de casos graves de alcoolismo, a história confirma que o método usado – um alcoólico levando a mensagem a outro - os resultados são animadores, garantindo-os a insígnia de cofundadores de A.A.

Fruto desse trabalho, hoje conhecido como Décimo Segundo Passo, serviço básico que a Irmandade oferece, e nas palavras de Bill W: “É o nosso principal objetivo e a razão primordial de nossa existência. Portanto, A.A. é mais que um conjunto de princípios, é uma sociedade de alcoólicos em ação. Precisamos levar a mensagem, caso contrário, nós mesmos podemos recair, e aqueles a quem não foi dada a verdade podem perecer. Portanto, um serviço em A.A. é tudo aquilo que nos ajuda a alcançar uma pessoa que sofre...”

Compreendendo a importância desse legado, e antecipando a realização do 31º Encontro da Área 15, só para membros, que aconteceu nos dias 10

e 11 de junho na cidade de Timom, seus membros através de seus comitês realizaram na terça-feira 6.jun. no auditório do TJ-MA, das 14h às 17h30 o Seminário com Profissionais com o tema “Alcoolismo: um problema de saúde ou de segurança pública - como abordá-lo”?

O evento contou com as palestras da Promotora de Justiça Maria do Amparo de Sousa Paz, da Psicóloga Clínica Amparo Maria da Silva, ambas falaram com nossa reportagem dias antes da realização do Seminário, como se ler na entrevista abaixo, feita por e-mail, onde adiantaram como conheceram A.A. ... além de uma entrevista com o Suplente de Delegado da irmandade, Sobrinho P, que dentre outras coisas, fala sobre o Programa de Recuperação delineado nos Doze Passos. Contou também com a participação da Al-A-non Maria Dantas, que entre as linhas da sua reflexão concedida no dia do Seminário, fala da importância da associação coirmã de A.A. para a vida do familiar do alcoólico. Os trabalhos foram coordenados pelo Custódio Alcoólico Região Nordeste Antônio G, e a exposição sobre o alcoolismo na ótica de A.A., sob os auspícios do Delegado Manoel B. Seguem as entrevistas. Atente para suas genuínas reflexões. Boa leitura.

“A.A. é uma instituição que tem credibilidade perante a sociedade”.



Diz a Promotora de Justiça Maria do Amparo de Sousa Paz, Titular da 10ª Promotoria de Justiça Criminal de Teresina, Coordenadora do Núcleo das Promotorias de Justiça de Defesa da Mulher Vítima de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (NUPEVID).

Como e quando a senhora conheceu a Irmandade Alcoólicos Anônimos?

PROMOTORA MARIA DO AMPARO DE SOUSA PAZ - Ouvi falar da instituição ainda na minha infância, através de um vizinho que acessou a instituição com o intuito de parar de beber e obteve êxito, logo, foi útil e aquele registro ficou na minha memória, porém por muito tempo não tive mais necessidade de acessar essa memória. Ocorre que nos idos de 1997, como Promotora de Justiça, trabalhei em uma cidade em que as pessoas utilizavam muito armas de fogo, embora proibidas costumavam disparar

em via pública. Quando se investigava, apurava-se que em sua quase totalidade essas pessoas estavam sob efeito de álcool. Assim, diante daquela situação, resgatei minhas memórias de infância e, considerando que já tinha visto...

À luz da compreensão do MP-PI, como a senhora analisa o Programa de Recuperação dos Alcoólicos Anônimos?

MASP - Como já encaminhei ao AA acusados que tinham cometido crimes sob efeito de álcool e obtive êxito no sentido de que aqueles acusados não mais praticassem crimes sob efeito dessa substância, entendo que é

uma programação exitosa e de grande relevância para a sociedade.

O que a senhora poderia adiantar para nossos leitores sobre sua palestra com relação ao Tema Alcoolismo: um problema de saúde ou de segurança pública, como abordá-lo?

MASP - Na ocasião pretendo abordar que o alcoolismo há muito tempo já vem sendo visto como um problema de saúde pública e que requer, do próprio poder público, iniciativas de cunho preventivo para que tal problema não venha se tornar isoladamente uma questão de segurança pública, uma

vez que impacta diversos setores da sociedade.

No dia 10 de junho A.A. completa 88 anos de existência. Neste sentido, como analisa essa trajetória na contemporaneidade?

MASP - Considerando que o AA está atuando há tanto tempo, isso comprova que a programação traz bons resultados, confiabilidade e continuidade na recuperação daquelas pessoas que o buscam para minimizar as suas angústias frente aos impactos provocados pelo alcoolismo, logo, conclui-se que é uma instituição que tem credibilidade perante a sociedade.

“A.A. é uma Irmandade capaz de enfrentar o preconceito; romper barreiras e encorajar o recomeço da vida daquele que antes, estava perdido pela doença do alcoolismo”.

Psicóloga Clínica Amparo Maria da Silva

Quando e como a senhora conheceu a Irmandade Alcoólicos Anônimos?

PSI AMPARO MARIA DA SILVA - Em 2005 me integrei ao Grupo de Recuperação da AGESPISA- GRA (utiliza a mesma filosofia do AA – 12 Passos). Este já atuava há mais de 10 anos na empresa e tem como objetivo acolher e, através das reuniões semanais, compartilhar experiências

através da escuta qualificada e ativar redes de compartilhamento para reabilitação e/ou mitigação dos efeitos do álcool na pessoa acometida pela doença do alcoolismo bem como apoio aos familiares. Através do trabalho desenvolvido pelo grupo conheci a Irmandade Alcoólicos Anônimos-A.A.

Como profissional da Psicologia, como analisa o Progra-

ma de Recuperação de A.A.?

AMS - O programa de Recuperação do AA é determinante, uma vez que a universalização das falas, através dos testemunhos, pode ser um viés de reestruturação cognitiva para a formulação de um estilo de vida mais saudável, sem o uso do álcool.

O que a senhora poderia adiantar sobre sua palestra "Alcoolismo: um pro-



blema de saúde ou segurança pública, como abordá-lo?

AMS - Ressaltar que o objetivo maior, além de mobilizar a sociedade para o enfrentamento do problema do alcoolismo, também visa estreitar laços de cooperação entre a irmandade

de A.A. com profissionais não alcoólicos, no sentido de compartilhar experiências e ajudar a pessoa que vivencia a problemática a se recuperar da doença. Podemos adiantar ainda, que acontecimentos como esses provocam reflexões e impactos significativos na sociedade, no sentido de favorecer a compreensão que

o alcoolismo, enquanto doença, é também um problema de segurança pública, é responsabilidade de todos nós, porque incita a compreender que todos podemos fazer algo em prol da saúde daquele que é acometido pela doença do alcoolismo.

Em 10 de junho A.A. com-

pleta 88 anos de existência. Neste sentido, como analisa essa trajetória de Alcoólicos Anônimos na contemporaneidade?

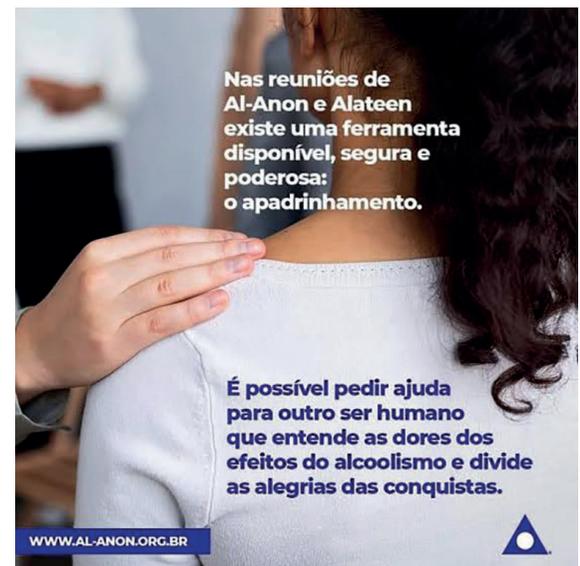
AMS - Analiso como um trabalho de grande valia para sociedade de todo o mundo. Como uma trajetória desafiadora e vencedora de obstáculos. Um trabalho capaz de reorganizar vínculos; res-

taurar a esperança e a vida de uma pessoa; ressignificar as perdas. Uma Irmandade capaz de enfrentar o preconceito; romper barreiras e encorajar o recomeço da vida daquele que antes, estava perdido pela doença do alcoolismo. PARABÉNS A IRMANDADE DE ALCOÓLICOS ANÔNIMOS POR TÃO PROFÍCUO TRABALHO.

“GRATIDÃO ao A.A. porque foi através dele que eu conheci o Al-Anon e ser a pessoa que sou hoje”.

MARIA DANTAS é formada em Saúde Pública. Atualmente exerce a função Técnica de Enfermagem. Atente para suas reflexões. Boa leitura.

Há 25 anos participando do Al-Anon, Maria Dantas concedeu a entrevista que segue quando participava do Seminário com Profissionais realizado pela Irmandade Alcoólicos Anônimos no dia 6.jun. Entre as linhas da sua entrevista, explica as razões pelas quais participa do Al-Anon, uma associação coirmã de A.A., não profissional, de parentes e amigos de alcoólicos cujos membros compartilham experiência, força e esperança a fim de solucionar os problemas que têm em comum... Para Maria Dantas, a palavra que melhor define seu sentimento é “Gratidão ao A.A. porque foi através dele que eu conheci o Al-Anon e ser a pessoa que sou hoje”.



Como situa historicamente o Al-Anon, uma associação coirmã de A.A.?

MARIA DANTAS - As pessoas já conhecem a história do A.A., mas a do Al-Anon ainda não é conhecida, mas

tanto o Al-Anon como o A.A. salvam vidas. O Al-Anon nasceu dentro das salas de A.A. Este faz a programação pro alcoólico que está buscando a sua sobriedade, e o familiar buscando a sua

serenidade. Então, quando o Al-Anon começou foi justamente em reunião de A.A. onde as esposas se reuniam pra acompanhar seus maridos e com isso elas foram se identificando, trocando con-

versas entre si e daí surgiu a necessidade de formar uma fundação. O próprio Bill ajudou sugerindo à sua esposa que usasse os Doze Passos para os Al-Anon, tanto que os passos foram adaptados

do A.A. pro Al-Anon. Só o Décimo Segundo Passo que tem uma pequena diferença. E com isso até hoje o Al-Anon e o A.A. funcionam, trabalham em cooperação um com o outro, porque é importante quando você vai abordar um familiar que você não consegue levar um alcoólico pra sala de reunião de A.A. você orienta a família a buscar ajuda pra ela saber lidar com aquele doente.

No Piauí, desde quando o Al-Anon existe?

MD - No Piauí o Al-Anon está fazendo 44 anos este mês de junho. A gente só tem 5 grupos, já tivemos 20..., mas não é fácil esse tipo de recuperação porque nem todo mundo quer mudar e lidar com dificuldades porque exige boa vontade, abnegação e acima de tudo superação, porque o que nós fazemos é trabalhar as nossas dores através da troca de experiência, e com isso compreender o familiar porque o alcoólico parou de beber mas continua como pessoa, e a abstinência faz com que às vezes ele tenha algumas recaídas, ou tenha alguns comportamentos que se você não entender que faz parte da doença, você tende a levá-lo a ter recaídas e quem sabe até não voltar mais a se recuperar.

Quem são as cofundadoras do Al-Anon?

MD - As esposas de Bill e Bob: Anne e Louis. Esta última tentou por todos os

meios ajudar o marido, mas quando este conseguiu a sobriedade ela achava que ele ia ter tempo pra ela, pra cuidar da família, ter mais tempo para os dois e isso não aconteceu. Ela o acompanhava constantemente às reuniões, e aí aquela vida de sempre está viajando, fazendo parte de reuniões, um dia ela cansou daquilo e estressada jogou um sapato nele – essa história é bem conhecida -, então foi quando ela se deu conta do quanto estava adoecida, porque estava vendo o crescimento do marido, mas não estava crescendo como pessoa, estava se sentido sufocada, não estava ajudando ele naquele sentido. Quando ela se revoltou foi quando ele a orientou para que usasse os princípios de A.A. Porque ela entendeu que também tinha adoecido por conta da superproteção..., o que acontece com a maioria dos familiares, porque você quer fazer tudo pro seu familiar parar de beber, quando na verdade você é impotente perante aquela situação, porque é uma vontade dele, você só pode fazer a sua parte. E qual é sua parte? É compreender que é uma doença e através das suas atitudes conscientizá-lo de que ele é que precisa. Mas você precisa também ter essa compreensão.

Você falou a pouco que dos 12 Passos que o Al-Anon adota o único que é modificado é o 12º Passo, por quê?

MD - Porque nós levamos a mensagem aos familiares e o A.A. leva sua mensagem aos alcoólicos, essa é a única diferença.

Qual sua avaliação desse Seminário com Profissionais?

MD - Avalio como uma oportunidade que a gente também tem de levar nossa mensagem. A gente também faz seminário para profissionais. Mas sempre trabalhamos em parceria, como eu disse o A.A. e o Al-Anon um precisa do outro porque quando um alcoólico está em recuperação era muito importante que a família também tenha esse conhecimento, como já disse, nem todo mundo quer fazer parte de um grupo de autoajuda que exige esforço e sacrifício, porque se trata de uma transformação. Então este Seminário é uma oportunidade de você levar a mensagem aos profissionais e até para os próprios alcoólicos que muitas vezes nem conhecem a nossa história.

Como analisa a questão que ainda hoje perdura em boa parte da sociedade, de que o alcoólico é uma pessoa “irresponsável”?

MD - É justamente por falta de conhecimento, porque quando eu não conheço uma coisa, às vezes faço uma interpretação errada, as pessoas julgam sem conhecer. Por exemplo: quando você tem um doente na família que tem um diagnóstico de

câncer, vai buscar ajuda pra esse familiar, procura se informar como é, procura ler sobre a doença pra lidar com aquela pessoa. Então como o álcool é uma coisa tão comum na sociedade, as pessoas tendem achar que a pessoa bebe porque quer. Mas nem todos a entendem como doença.

E o familiar principalmente, porque só conhece o alcoólico quem convive com ele.

Na sociedade ele pode ser uma pessoa aparentemente saudável, normal, mas em casa é que ele mostra realmente quem ele é. Porque é o comportamento, não que ele seja uma pessoa ruim, mas às vezes têm pessoas que tem alguma dificuldade, tem ali algumas atitudes movida pelo álcool e isso causa um certo mal-estar na pessoa. Então quem convive conhece, mas quem não convive não conhece, muitas vezes diz “ah fulano é tão bonzinho, não acredito que ela faça isso”. Porque a gente também não vai expor a nossa vida pessoal do alcoólico, não tratamos só dos efeitos que fizeram na nossa vida, fazemos isso através do perdão, da aceitação porque você não vai passar a mão na cabeça do outro, este tem que buscar o seu crescimento, e este tem que ser de ambos os lados.

E onde entram os princípios espirituais nessa questão?

MD - Os princípios espirituais do programa são base-



ados em crescimento espiritual, não é religião. Mas são princípios que você vai substituindo os defeitos de caráter por virtudes, porque no lar alcoólico sempre tem a violência, a mágoa, o ressentimento, o medo, a insegurança, então você vai substituindo isso por coragem, sabedoria, aceitação, por conhecimento, perdão e isso não é fácil. Quando não tenho conhecimento de como buscar essa ajuda, eu tendo achar que o problema é sempre do outro. Por que que você vê muitos nas reuniões e poucos familiares? Porque a família não acha que tem problema,

acha que o problema é só do outro. Então, enquanto eu terceirizar meus problemas não busco meu crescimento. Num lar alcoólico este tem o problema dele, mas se você não tiver sabedoria pra lidar com aquilo ali você tende a desestruturar a família. Por que a gente vê muita violência, muito divórcio e muita separação? Porque a família não aceita determinadas situações. Hoje a gente ouve muito falar da violência contra a mulher. E aí só condena a pessoa que agrediu. Mas muitas vezes, e vou dizer isso baseado no meu conhecimento, muitas provocações, acontecimentos

no lar alcoólico é provocado por ambas as partes. Se eu for procurar confusão ou acusar um alcoólico embriagado, ele pode ter reações que nem ele lembra. Então é importante a família ter esse conhecimento, saber o momento certo de falar determinadas coisas, conhecer os dois lados pra não julgar.

O familiar interessado em conhecer o Al-Anon, como deve proceder?

MD - No Piauí a pessoa interessada pode ligar para: (86) 98865-4160. Temos reuniões de 2ª a 6ª-feira de 14h às 18h. Ou se preferir pode escrever para: GRUPOS FAMILIARES AL-ANON DO BRASIL, rua Antônio de Godói, 20 – 5º andar – CEP: 01034-000 – Caixa Postal 2034 – CEP: 01031-970 – SÃO PAULO-SP. Telefax (11) 3331-8799 e www.al-anon.org.br.

Profissionalmente, como você se define?

MD - Sou formada em Saúde Pública e exerço a função de técnica de enfermagem que também lida com doença, com sofrimento, mas sou formada na escola da vida, foi o aprendizado com familiar alcoólico que me tornou a pessoa que eu sou hoje. Passei muitas situações difíceis na minha vida, mas hoje não vejo como dificuldades, vejo como aprendizado. Porque foram através dos princípios do Al-Anon que eu cresci como pessoa, porque nada que você vive é em vão. Você tem sempre que

vê o lado positivo das coisas porque somos pessoas em busca do conhecimento e do crescimento, eu não posso viver vítima do passado. Hoje não tenho o meu familiar, mas eu agradeço tudo que vivenciei porque foi um aprendizado. Ele fez parte do A.A. e quando eu entrei no Al-Anon ele saiu do A.A., voltou a beber, mas eu continuei no programa. E depois ele parou, adoeceu e eu cuidei e como se diz fiquei até... me preparei pra cuidar da sua doença e hoje continuo no programa porque tudo que eu vivenciei precisa ser compartilhado, faz parte do programa, o Décimo Segundo Passo que é justamente quando tenho esse preparo pra levar a mensagem porque nem todo mundo tem essa disponibilidade, essa coragem de falar das suas dores. Como como diz lá nos Passos: as dores ficaram no passado, apesar de vez em quando eu tenho que mexer com elas pra entender que superei. Não falo com mágoa nem com ressentimento, falo como um aprendizado, porque eu cresci através dela.

E qual palavra ou pensamento que você pode deixar que traduza tudo isso que você se reportou nesta entrevista?

MD - Gratidão, é palavra mais certa neste momento. Gratidão ao A.A. porque foi através dele que eu conheci o Al-Anon e ser a pessoa que sou hoje.

Um cofundador de Alcoólicos Anônimos conta como os membros se recuperam e como a Irmandade funciona.

OS DOZE PASSOS E AS DOZE TRADIÇÕES

Junta de Serviços Gerais
de Alcoólicos Anônimos do Brasil
JUNAAB

“ALCOÓLICOS ANÔNIMOS
é o milagre do século 20”.

Sobrinho P é membro de A.A. há mais de 30 anos sem ingerir bebidas alcoólicas de qualquer espécie. Atualmente, é Delegado Suplente e cuida do Comitê de Assuntos da Tecnologia da Informação-CATI, ambos da Área 15.

Qual sua análise dessa trajetória do A.A. no mundo?

Sobrinho P - Para mim - acredito também para milhares de membros da Irmandade de Al-

coólicos Anônimos espalhados pelo mundo - é o milagre do século 20. A irmandade originou-se nos Estados Unidos da América do Norte, na cidade de Akron,

Estado de Ohio se disseminou pelo mundo a partir da publicação do livro “Alcoólicos Anônimos”, traduzido para mais de 60 (sessenta) idiomas e já ultra-

passou a marca de 3,5 milhões de exemplares vendidos. Hoje a Irmandade possui uma vasta literatura, estando presente em aproximadamente 190 países,

contando em torno de 120 mil grupos, proporcionando a recuperação da doença do alcoolismo a mais de 3 milhões de pessoas, nesses 88 anos de existência. Vale ressaltar que o programa de recuperação de Alcoólicos Anônimos é uma referência mundial na recuperação não somente do alcoolismo, mas também em vários outros tipos de dependência química e compulsões, através do seu Programa de Recuperação dos Dozes Passos.

E como você situa o A.A. dentro das plataformas digitais?

SP - Por oportuno, a Irmandade tem avançado muito nas plataformas digitais. Somente no Brasil são 88 grupos realizando 394 reuniões à distância por semana, dando oportunidade para aquelas pessoas que, por algum motivo pessoal, não podem comparecer a uma reunião presencial. No entanto, vale ressaltar que centenas delas assistem tanto as reuniões virtuais como as presenciais. Essas oportunidades são motivos de comemarmos esses 88 anos de existência de Alcoólicos Anônimos.

Há quanto tempo você não ingere bebidas alcoólicas?

SP - Há mais de 31 anos.

O que mudou em sua vida ao

abandonar o hábito da bebida?

SP - Cheguei em Alcoólicos Anônimos com 28 anos de idade. Pertencço a irmandade há mais de 31 anos e sempre falo nos meus depoimentos que a minha vida deu um giro de 360 graus, sem tirar os pés do chão (kkk) para não recair. Uma mudança profunda na minha vida tanto no ganho pessoal, familiar e profissional. Consegui um curso superior (estou concluindo outro este ano), pós-graduação, novo trabalho, constituir uma família e consegui um novo emprego. Claro que tudo isso é extremamente importante, mas o ganho individual através do autoconhecimento propiciado pelos Dozes Passos foi o mais extraordinário de tudo isso. Pois restabeleci minha fé (quase esquecida) no Deus Amantíssimo sugerido pelo A.A.

Qual encargo você tem na Irmandade? Fazer o trabalho de A.A. o ajuda manter-se sóbrio?

SP - Atualmente sou Delegado Suplente e cuido do Comitê de Assuntos da Tecnologia da Informação-CATI, ambos da Área 15. A Irmandade tem três legados: Recuperação, Unidade e Serviço. Estar sustentado nesse tripé é extremamente importante para nossa recuperação. Bill W., um dos nossos cofundadores, disse que estes indispensáveis serviços são

as principais cordas de salvação de A.A. para os milhões que ainda não o conhecem. Serviço é a maior gratidão que um membro pode ter pela irmandade, é a máxima de dar de graça o que de graça recebeu. É manter a chama acesa e oportunizar a outro o mesmo que me foi oferecido quando a mensagem chegou a mim, no primeiro semestre de 1992.

O que a pessoa com problemas de bebida deve fazer para ingressar em A.A.?

SP - Procurar ajuda através do telefone (86) 3221-8112 ou acessar o link www.aapiaui.org.br/ grupos, nesses contatos você vai conseguir informações para assistir a uma reunião de Alcoólicos Anônimos que é o primeiro passo para ingressar na Irmandade. Lembrando que o único requisito para fazer parte de A.A. é o desejo de parar de beber.

Qual sua análise sobre o Programa de Recuperação descrito nos Doze Passos?

SP - Falar dos Doze Passos para mim é muito complexo. Diria até que indescritível, porque envolve sensações que minha capacidade sensitiva é ínfima para transcrever, torna-se quase impossível. No entanto, os Doze Passos é uma viagem intrapessoal de autoconhecimento que

envolvem uma conscientização do seu problema de dependência do álcool, a recuperação da saúde mental e uma evolução espiritual. Algo de fato fascinante e indescritível. Convido aquele(a) que tem problema com bebida alcoólica deixar-se levar nessa viagem para tentar entender toda essa transformação.

O que são as tradições de A.A.?

SP - As Doze Tradições de A.A. dizem respeito à vida da própria Irmandade. Delineiam os meios pelos quais A.A. mantém sua unidade e se relaciona com o mundo exterior, e sua forma de viver e desenvolver-se. O que intriga muitos estudiosos das Doze Tradições de A.A. é o fato de que nenhum membro tem autoridade sobre o outro. Eles questionam como pode um conjunto de princípios tradicionais, despidos de qualquer força legal, manter a unidade e eficácia de Alcoólicos Anônimos? Bem, estamos unidos há 88 anos.

Quem pode participar de A.A.?

SP - Como mencionei acima, Alcoólicos Anônimos é para qualquer pessoa que tenha problema com a bebida e deseja parar de beber. A Irmandade não cobra taxas e nem mensalidades, somos autossuficientes graças às nossas próprias contribuições.





Alice Maciel, é repórter da Agência Pública em Brasília, com foco em política, direitos humanos e meio ambiente

Pública

Ex-mulher de Arthur Lira o acusa de violência sexual

Pela primeira vez, Jullyene Lins afirma ter sido vítima de estupro em 2006

Investigação exclusiva da Agência Pública se debruçou sobre o processo judicial baseado na Lei Maria da Penha que envolve diretamente o deputado federal Arthur Lira (PP-AL) e sua ex-esposa, Jullyene Lins, que o acusa agora de violência sexual. “Minha família vai saber exatamente o que aconteceu. Eu não quero mais viver com isso, carregar isso na minha história”, disse em depoimento à repórter Alice Maciel. Nossa reportagem procurou nas últimas semanas todas as principais testemunhas registradas no inquérito 81/2006 e teve acesso ao laudo do corpo de delito que originou o processo sobre a suposta violência física. O caso, iniciado em 2007, foi concluído nove anos depois, com a absolvição de Arthur Lira pelo STF. Os detalhes dessa história você lê a seguir.

Aviso: este material contém relatos de suposta violência sexual. As denúncias podem causar incômodo em algumas pessoas – mas são narradas na reportagem pelo interesse público.

“Meus filhos já estão grandes, já vão entender. Minha família vai saber exatamente o que aconteceu. Existiu Jullyene antes daquela noite e a Jullyene após aquela noite. Eu não quero mais viver com isso, carregar isso na minha história”, acrescenta.

Jullyene deseja ainda, a partir de seu relato, encorajar outras mulheres que sofrem ou sofreram violência de homens públicos a denunciar “todo e qualquer tipo de agressão”. “Eu sei o preço que eu vou pagar por estar abrindo isso agora, por estar tirando esse peso, mas eu acho que já chega. É para encorajar outras mulheres a não viverem essa relação abusiva, de humilhação e de chantagens.”

Por meio de sua assessoria de imprensa, Arthur Lira foi procurado mas optou por não comentar o conteúdo das acusações.

O COMEÇO DE TUDO

A história de Jullyene Lins e Ar-

thur Lira começa em 1996, quando eles se conheceram em uma boate em Maceió, apresentados por um amigo em comum. Após três meses de namoro, eles foram morar juntos, ela com 21 anos e ele com 27. Filho de político, Lira exercia seu primeiro mandato de vereador na cidade.

No início do relacionamento, Jullyene conta que ficou deslumbrada com a vida de luxo que o então marido a proporcionava, “que tinha tudo que queria”. “Só depois que a gente amadurece que enxerga a futilidade disso”, lamenta.

Ao longo da relação, segundo ela, Arthur Lira sempre foi “muito ciumento e possessivo”, mas até a noite do dia 5 de novembro de 2006 nunca a tinha agredido e cometido a violência sexual agora relatada. De acordo com Jullyene, “como em muitos casamentos”, o ato sexual entre os dois acontecia só quando ele queria, e ela não entendia a situação como violência.

Da mesma forma, ela diz que só foi entender anos depois que vivia o que considera um relacionamento abusivo. “Eu não podia usar um biquíni, eu não podia ficar em casa de short, só podia andar de calça jeans. Eu era a dondoquina, tinha que andar bem-vestida, arrumada.”

Segundo ela, Lira teria exigido que a esposa “fosse uma dona de casa perfeita”. “Ele chegava em casa passando o dedo no móvel e dizia: ‘Você não viu isso, que está com poeira? Você é uma inútil, você não presta para nada. Só presta mesmo pra cuidar dos meninos, pra dar educação. Pelo menos não faz eu passar vergonha em um restaurante’”. Se tinha uma blusa amassada, ele pegava, amassava mais, jogava no chão e gritava comigo perguntando o que eu estava fazendo dentro de casa, que não estava vendo que a blusa dele estava mal passada”, relata.

Jullyene conta que a relação dos dois começou a “desandar” quan-

tando ela estava na presença de sua advogada, que o hoje deputado federal e presidente da Câmara dos Deputados a teria estuprado naquela noite. “Arthur Lira me estupro”, disse.

Ao longo da conversa que aconteceu no último dia 6 de junho, Jullyene teve taquicardia, chorou e tremeu ao relatar o que teria acontecido naquele dia. “Ele me violentou, ele me violentou”, repetiu diversas vezes.

A acusação de violência sexual de Jullyene não consta em seu depoimento à polícia realizado à época. Ela relata que, por vergonha da família, da sociedade e medo do deputado e ex-marido, conviveu com o segredo até meses atrás, quando decidiu revelar ao atual marido.

Com os três filhos já crescidos, Jullyene justifica que tomou coragem de tornar pública essa história “por não suportar mais viver com essa dor”. “Eu aguentei isso esse tempo todo, eu guardei por 17 anos isso por conta dos meus filhos, por conta da minha família, a vergonha também, a gente se sente um lixo. Eu estou falando isso agora porque preciso tirar esse peso das minhas costas, não é para denegrir [sic] a imagem dele”, destaca.

do engravidou do primeiro filho do casal. “Foram meses difíceis porque eu tive uma gravidez de risco”, lembra. Ela afirma que, ao longo desse período, o marido não parava em casa e que se sentia muito sozinha. Ela diz que o relacionamento já não andava bem, quando em 2005, já grávida do segundo filho, soube, pelo próprio Lira, que ele tinha tido uma filha fora do casamento. Além disso, ela afirma que soube de outro relacionamento dele fora do casamento.

Apesar das brigas frequentes, ela relata que os dois decidiram manter um casamento de fachada até o fim das eleições de 2006, quando o político foi eleito para o terceiro mandato na Assembleia Legislativa de Alagoas. Os dois já estavam separados desde abril daquele ano, mas Jullyene ressalta que só depois de seis meses, e após o pleito, passou a frequentar lugares públicos, como bares, restaurantes e boates.



Pela primeira vez, Jullyene Lins acusa seu ex-marido, Arthur Lira, de violência sexual

A noite em que Jullyene diz ter sido violentada

Segundo Jullyene, Arthur Lira ficou sabendo de suas saídas e no dia 5 de novembro de 2006 telefonou para tirar satisfações. Após a ex-esposa confirmar que um amigo havia se interessado por ela, Lira teria dito que iria até sua casa para conversarem pessoalmente. O parlamentar teria chegado por volta das 21 horas no apartamento da ex-esposa. “Quando eu abri a porta, foi um murro na cara”, diz ela.

Durante cerca de 40 minutos, conforme relato de Jullyene, ele a teria agredido com “tapas, murros, chutes e a puxado pelo cabelo”. Ainda de acordo com ela, enquanto a agredia, Lira a teria chamado de “rapariga” e “puta”

O parlamentar também

teria feito ameaças e teria dito, ainda segundo ela, que a mataria para ficar com os filhos, “que era deputado e não passaria por corno e que ninguém iria desmoralizá-lo”.

Essa parte do relato de Jullyene Lins consta em seu depoimento à Delegacia Especial de Defesa dos Direitos da Mulher em 18 de abril de 2007. Na época ela não relatou que Lira também a teria estuprado naquela mesma noite.

“Aconteceu uma coisa que eu nunca contei a ninguém, ele disse pra mim: ‘Você está atrás de macho, eu vou lhe mostrar quem é o homem’. Ele me puxava pelo cabelo e dizia: ‘O homem aqui... você é minha mulher, você não vai ter

outro homem, você é minha, você é a mãe dos meus filhos. Você quer me desmoralizar, vamos lá para o quarto agora que eu vou te mostrar quem é o homem aqui, você não quer isso? Você não está querendo? Atrás de homem pra quê? Pra fuder? Então vou lhe mostrar agora”. Foi quando, segundo ela, ele a teria puxado pelo cabelo e a violentado.

“E eu esperneando, eu ainda consegui espernear e gritava muito, mas ele tapava minha boca para que as pessoas não escutassem”, relata.

Além dos filhos, o único adulto presente na casa era a babá do çaçula, à época com 8 meses. Luciana* teria escutado os pedidos de socorro e ligado para a ex-sogra de Lira,

que chegou minutos depois acompanhada do irmão de Jullyene. As agressões só teriam cessado quando um tio dela, já falecido, chegou ao local e, posteriormente, o pai de Arthur Lira, Benedito de Lira, que negou os fatos em conversa com a reportagem. “Ela não está falando a verdade, até porque meu filho não tem essa prática. Ela se separou e não deixa ele em paz”, defendeu.

Assim que o ex-marido foi embora, Jullyene conta que foi à delegacia para lavar o boletim de ocorrência (BO). Segundo ela, o Instituto Médico Legal estava fechado e só retornou para fazer o exame de corpo de delito no dia seguinte, às 12h30.

Boletim de ocorrência registrado por Jullyene em 5 de novembro de 2006

O laudo do exame, ao qual a Pública teve acesso, registra que “houve ofensa à integridade corporal ou à saúde do paciente”, e que para tal foi usado “instrumento contundente”. Ainda de acordo com o documento, Jullyene estava com oito hematomas nas regiões da lombar, glúteo, coxas, antebraços, pernas e se queixava de dores na cabeça, no pescoço, no abdome, mas nessas partes não haviam “lesões visíveis”.

Exame de corpo de delito registra “ofensa à integridade corporal” de Jullyene

Testemunhas confirmam a violência física à polícia

Além do exame de corpo de delito, quatro testemunhos do que teria acontecido naquela noite deram embasamento ao inquérito policial que indiciou Arthur Lira pelas supostas violências físicas, em 16 de agosto de 2007. “O exame de corpo de

delito foi a prova material robusta, técnica, isenta de qualquer julgamento. Eu tinha prova material, era inequívoca, as testemunhas falavam de forma coerente, contavam a narrativa, os depoimentos eram verossímeis com o fato”, afirmou à

Pública a delegada que presidiu o inquérito, Fabiana Leão Ferreira.

Com base nas provas colhidas no inquérito policial, o procurador-geral da República Roberto Gurgel ofereceu denúncia contra Lira em 9 de março de 2012.

Ao longo da investigação, a polícia ouviu duas mulheres que trabalhavam na casa, a mãe e o irmão de Jullyene. À época, todos eles confirmaram as agressões.

A primeira pessoa a prestar depoimento na investigação foi

Gabriela*, funcionária de Jullyene havia quase dois anos. Ela não presenciou o fato, mas relatou à polícia, no dia 16 de janeiro de 2007, que quando chegou para trabalhar, na segunda-feira, ficou sabendo por

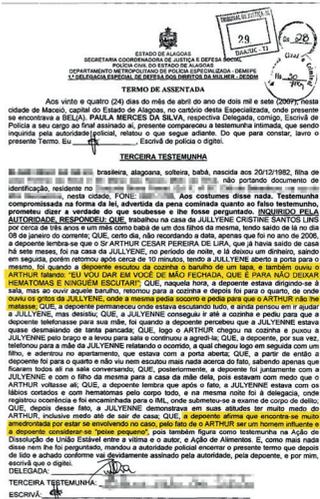
outros funcionários que sua patroa havia sido agredida no dia anterior pelo ex-marido. Gabriela confirmou a versão à Pública. “O que eu sei é o que todo mundo sabe. Tudo o que eu sei está nos autos, não tenho

mais nada a falar”, acrescentou.

Um dos testemunhos mais contundentes que consta no inquérito é o da babá do caçula do casal, que teria presenciado a violência física e pedido socorro aos familiares de

Jullyene. Na ocasião, Luciana* disse à polícia que estava com muito medo por estar se envolvendo no caso, pelo fato de Arthur Lira ser um homem influente e considerar-se “peixe pequeno”.

Testemunho de Luciana à delegada após a suposta violência física sofrida por Jullyene



Em seu relato à Polícia Civil, registrado no inquérito, Luciana contou que estava na cozinha quando ouviu o barulho de um tapa, após Jullyene ter aberto a porta de casa para Arthur Lira. Ela afirmou também que o escutou falando: “Eu vou dar em você de mão fechada, que é para não deixar hematomas e ninguém escutar”.

Luciana disse que no momento foi para seu quarto, de onde teria ouvido os gritos de Jullyene, que “pedia para que o Arthur não a matasse”. Ela destacou, durante o

depoimento, que pensou em ajudar a patroa, mas desistiu. Em um dado momento, no entanto, Jullyene teria ido até a cozinha e pediu que a funcionária telefonasse para sua mãe.

A ex-funcionária conta que nessa hora “percebeu que a Jullyene estava quase desmaiando de tanta pancada”. Segundo ela, logo em seguida Arthur Lira chegou e teria puxado a ex-esposa pelo braço, a levado para a sala e continuado com a agressão. Nesse momento, segundo o depoimento, ela teria ligado para

pedir ajuda para Rosalina*, a mãe de Jullyene.

Rosalina confirmou tudo quando prestou depoimento em 22 de maio de 2007. Ela contou que Luciana lhe telefonou dizendo que deixaria a porta de serviço aberta porque Arthur Lira havia mandado fechar todo o apartamento. Ao chegar ao local, ela teria encontrado a filha caída no chão da sala, e o deputado por cima dela, agredindo-a.

Rosalina teria puxado o ex-genro pela camisa e perguntado o que estava acontecendo. Segundo ela,

Arthur Lira teria respondido que a ex-esposa “estava num restaurante aos beijos com outro homem e que tinha o direito de agredi-la, sim, já que a mesma não tinha pai”.

O irmão de Jullyene que acompanhou a mãe até o apartamento deu depoimento semelhante, no dia 18 de abril de 2007. Segundo ele, Lira “estava muito transtornado” e a irmã, com marcas vermelhas no pescoço, sem caminhar direito, reclamando de dores no abdômen”.

Os registros do inquérito

Novas denúncias e prisão

Passados oito meses daquele dia, em 16 de julho de 2007, Jullyene

ne Lins voltou à 9ª Delegacia da Polícia Civil de Maceió para registrar um

novo boletim de ocorrência contra Arthur Lira. Dessa vez, por ameaça.

A acusação prescreveu em 15 de setembro de 2009, sem julgamento.



O segundo BO, de 2007, registrado por Jullyene, relata suposta ameaça de Lira

“A vítima estava em sua residência quando soube através de sua babá que seu ex-marido tinha ido até a portaria do prédio e mandou um recado pela mesma, dizendo que os dias da vítima estão contados; que o mesmo tomou essa atitude porque a vítima não permitiu que ele visitasse seu filho menor, pois não era dia de visita”, registra o documento.

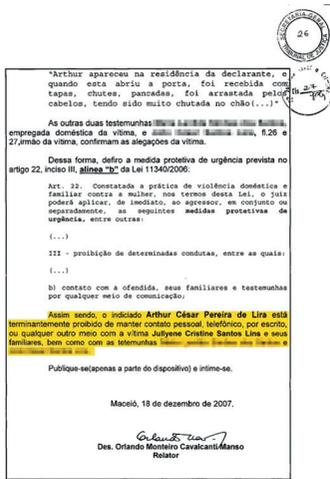
Em depoimento à Delegacia da Mulher, a funcionária que trabalhava com Jullyene confirmou a versão. Segundo Lorena*, o deputado foi até o apartamento levar as malas do filho do ca-

sal e, ao chegar lá, interfonou dizendo que queria ver o caçula. Ao receber a resposta negativa da babá, Lira teria dito que os dias de Jullyene estavam contados e que ele iria entrar com uma ação na Justiça para ver o filho.

Jullyene afirmou em seu relato à polícia que, ao ficar sabendo, olhou pela janela e viu que o carro do ex-marido estava parado na esquina. Ela conta que se sentiu ameaçada e que seu advogado a orientou a registrar a ocorrência. Ainda de acordo com Jullyene, no trajeto para a delegacia, ela percebeu que Lira estava per-

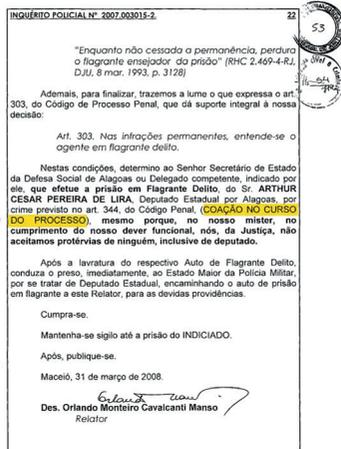
seguido, mas em determinado momento ele teria desviado o caminho.

Por conta dessa denúncia, Jullyene conseguiu no Tribunal de Justiça de Alagoas uma decisão de medida protetiva. No dia 18 de dezembro de 2007, o desembargador Orlando Monteiro Cavalcanti Manso determinou: “o indiciado Arthur César Pereira de Lira está terminantemente proibido de manter contato pessoal, telefônico, por escrito, ou qualquer outro meio com a vítima Jullyene Cristine Santos Lins e seus familiares, bem como com seus testemunhas”, diz a decisão.



Medida protetiva concedida à Jullyene em 2007

A Justiça tentou diversas vezes intimidar o deputado, mas enfrentou resistência, levando o desembargador a decretar a prisão de Lira por “coação no curso do processo”, conforme informações do inquérito policial.



Relator acusou Lira de “coação no curso do processo”

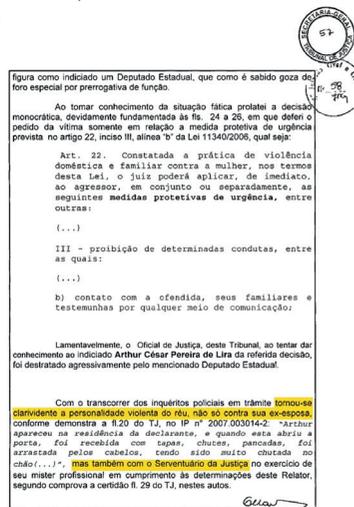
O oficial de justiça José Cícero do Nascimento relatou nos autos que, no dia 11 de março de 2008, foi até a Assembleia Legislativa para entregar a intimação a Lira e que ouviu do parlamentar: “Eu recebo já essa merda”. José Cícero certificou, segundo os registros, que aguardou Lira por uma hora e que ao longo desse tempo surgiram várias oportunidades para que ele assinasse o documento.

“Certifico ademais, que não é a primeira vez que o Deputado Arthur Lira destrata um Oficial no cumprimento de um mandato, situação parecida, passou o Sr. Luiz Carlos – Oficial de Justiça, no dia 01 de ja-

neiro de 2007, quando o Deputado presidia a Sessão de Eleição da Mesa Diretora, afirmando que não iria assinar o referido ofício”, acrescentou Nascimento.

Para o desembargador Orlando Manso, Lira tentou paralisar a ação da Justiça, “com objetivo de intimidar a própria vítima Jullyene Cristine Santos Lins, sua ex-esposa, pensando em fazê-la desistir da ação penal antes do oferecimento da denúncia”. O deputado chegou a ser preso no dia 1o de abril de 2008, por “coação no curso do processo”.

Segundo Manso, com o transcorrer dos inquéritos policiais, “tornou-se claramente a personalidade violenta do réu, não só contra sua ex-esposa”, mas também “com o Serventuário da Justiça no exercício de seu mister profissional em cumprimento às determinações deste Relator”, escreveu.



Segundo desembargador, Lira tentou paralisar a ação da Justiça

Em sua decisão, o desembargador demonstrou indignação com a conduta de Lira. “A figura de Deputado Estadual, que goza de prerrogativas constitucionais, não o transforma em um semi-Deus, inatingível, inabalável, posto que em uma Democracia todos estão abaixo da lei e da ordem, do mais humilde cidadão ao mais graduado na função pública, mesmo sendo Deputado Estadual. Basta!”

O processo por crime qualificado na Lei Maria da Penha correu no Tribunal de Justiça de Alagoas até Lira ser eleito deputado federal, em 2010. Em abril de 2011, por uma razão legal, o caso foi encaminhado ao STF. O motivo: parlamentares detentores de foro especial por prerro-

gativa de função, o chamado “foro privilegiado”, só podem ser processados pela Procuradoria Geral da República (PGR) no STF.



Processo correu no Tribunal de Justiça de Alagoas mas só foi julgado no STF nove anos depois

Nove anos depois, Lira é inocentado

Quando Arthur Lira foi denunciado pela primeira vez por Jullyene, em novembro de 2006, ele ainda era deputado estadual em Alagoas. O julgamento, no entanto, ocorreu nove anos depois, em setembro de 2015, quando o político já influente em Brasília, estava em seu segundo mandato na Câmara dos Deputados.

Nesse período, a esposa do advogado de defesa de Jullyene foi nomeada no gabinete de Arthur Lira – onde está até hoje – e Jullyene, sua mãe, irmão e a babá voltaram atrás em seus depoimentos, negando as agressões do parlamentar. Como já relatado pela denunciante, Jullyene alega que mudou o depoimento sob ameaça. Segundo ela, Lira teria lhe dito após o ocorrido: “Onde não há corpo, não há crime”.

“Ele foi até a minha casa. Tinha uma mesa grande na varanda, pediu para falar comigo e disse batendo na mesa – porque ele tem mania de falar batendo na mesa – ‘Você vai tirar essa denúncia, você vai para a audiência e vai desmentir tudo porque eu vou tirar os meninos de você. Ou você faz isso, ou eu tomo os meninos de você’. Os meninos eram todos pequenos. Eu já tinha medo, eu estava sem dinheiro, o meu advogado sumiu”, acrescentou.

Segundo ela, durante a audiência, o segurança e o motorista de Lira a buscaram em casa. “Para eu desmentir tudo. Não fui com meu advogado, fui com advogado dele. E ele ainda me cutucando por debaixo da mesa. O juiz olhando para mim como quem diz assim: ‘Fale’”, afirmou.



Jullyene mudou o depoimento, segundo ela, por ter sido ameaçada. Familiares também mudaram versão

De acordo com os autos, o advogado que a acompanhou na audiência às 12h30 de 15 de outubro de 2013 – que teria ligação com Lira, segundo Jullyene – é Luiz de Albuquerque Medeiros Neto. Seu nome apareceu recentemente no noticiário por ser o proprietário de uma sala em Maceió que foi alvo de busca e apreensão da Polícia Federal (PF) na Operação Hefesto, como revelou o site Metrôpoles.

No local está registrada a sede da empresa do ex-assessor de Lira, Luciano Cavalcante, investigado no suposto esquema de fraude na compra de kits de robótica para municípios alagoanos; e também abrigou o diretório do União Brasil em Alagoas – presidido por Cavalcante. Medeiros Neto aparece também em registros da Câmara dos Deputados como secretário parlamentar em 2012 e 2014.

A audiência foi requerida pela defesa de Lira em agosto de 2012, após os advogados terem juntado aos autos um “termo de renúncia à

representação criminal”, assinado por Jullyene, onde ela justifica que teria denunciado o ex-marido por estarem na época envolvidos em um conturbado processo de separação judicial.

“Passados quase 06 anos de tal representação, iniciar-se eventual processo criminal contra Arthur por aqueles fatos que foram objeto de minha representação se torna prejudicial à minha própria pessoa e à estabilidade psicológica de nossos filhos eis que os problemas então existentes foram resolvidos, e tal procedimento apenas traria à tona uma desavença pretérita que o tempo se encarregou de resolver”, escreveu, acrescentando: “Venho, através da presente, retratar-me de tal ato, requerendo, portanto, seja devidamente arquivado todo e qualquer procedimento existente contra Arthur Cesar Pereira de Lira que tenha se originado”.

Além de negarem a agressão à sua ex-companheira, os advogados

de Lira questionaram o laudo de exame de corpo de delito, as declarações da vítima e das testemunhas. “Ora, as cinco lesões descritas no laudo pericial, todas na região da coxa e braço, não são compatíveis com 40 minutos seguidos de agressões como tapas, chutes, pancadas e puxão de cabelos. Da mesma forma, o depoimento da testemunha Luciana* [a babá] não é compatível com o referido laudo médico”, destacou a defesa do deputado.

Com base nesses argumentos e na suposta retratação de Jullyene, os advogados de Lira, além da audiência, solicitaram a extinção da ação.

A então procuradora-geral da República Helenita Caiado de Acioli, no entanto, contra-argumentou: “Qualquer manifestação da vítima que represente uma retratação, seja por escrita, seja em audiência, mostra-se vazia e inapta a produzir efeitos no tocante à ação penal, uma vez que o interesse público na apuração do crime de lesão no ambien-

te doméstico, por zelar por valores que transcendem o plano individual, como a integridade da família e da mulher, sobrepõe-se, em muito, os interesses das partes envolvidas”, manifestou-se em 20 de agosto de 2013.

“Inicialmente, cumpre notar que o citado laudo pericial foi produzido no dia seguinte às agressões sofridas, tempo suficiente para o desaparecimento de eventuais eritemas [hematomas], mas insuficiente para a constatação de equimoses, motivo pelo qual os peritos puderam responder positivamente ao quesito sobre a existência de ofensa à integridade corporal da vítima, apontando como meio produtor da ofensa ‘instrumento contundente’, o que é compatível com as declarações prestadas pela ex-companheira do denunciado e as testemunhas inquiridas na fase extrajudicial”, escreveu Helenita Acioli, posicionando-se a favor do recebimento da denúncia pelo STF.



Lira foi inocentado pelo caso nove anos depois, quando já era deputado federal em Brasília

Razões da absolvição pelo STF

A Procuradoria-Geral de República (PGR) havia apresentado a denúncia contra o parlamentar em 9 de março de 2012, seis anos após o suposto crime, a qual só foi recebida pelo STF em 5 de dezembro daquele ano, com cinco votos favoráveis e três contrários – a ministra Cármen Lúcia se ausentou e o então ministro Joaquim Barbosa não votou porque presidia a sessão.

Apesar de não ter descartado a suposta agressão, no dia 10 de março de 2015 o então procurador-geral Rodrigo Janot mudou o posicionamento anterior do órgão e manifestou-se pela absolvição de Arthur Lira: “Com efeito, as lesões descritas no laudo e reveladas nas fotografias não tendem a ter sido produzidas em entreeiro descrito como tendo sido a tal ponto violento. É provável, com efeito,

que tenha havido alguma agressão pelo réu a Jullyene Lins: o modo como ela e outras testemunhas acudiram à autoridade policial, inclusive com sujeição a exame pericial e fornecimento de fotografias, sugere que assim tenha sido. Mas não se trata da probabilidade elevadíssima que, no juízo de prova, além de dúvida razoável, autoriza a condenação penal”, destacou.

E concluiu: “Impende, portanto, como forma de resguardar a respeitabilidade do sistema de justiça criminal, não só absolver o réu, mas possibilitar à instância ordinária a promoção da responsabilidade de Jullyene Lins pelo crime de denunciação caluniosa”.

Quatro meses depois, em setembro de 2015, a Segunda Turma do STF absolveu Arthur Lira por ausência de provas. Os

ministros também entenderam que o crime prescreveu, por demora na apresentação da denúncia.

As mudanças nos depoimentos e os argumentos da defesa de Lira sobre o laudo médico também motivaram a absolvição. “Apesar do laudo de exame de corpo de delito comprovar que a vítima apresentava lesões leves no momento da realização do exame, não há, nos autos, outras provas que corroborem um juízo condenatório. Ademais, vale dizer, os tipos de lesões atestadas no laudo pericial não indicam agressões conforme declarações iniciais da vítima, o que, agregado à mudança de versão nos depoimentos, acarreta dúvida sobre a veracidade dos fatos narrados na denúncia”, disse o falecido relator do caso, ministro Teori Zavascki, que foi

acompanhado pelos ministros Celso de Mello, já aposentado, e Cármen Lúcia, à época integrantes da Segunda Turma do STF. Os ministros Dias Toffoli e Gilmar Mendes se ausentaram, e o ministro Celso de Mello presidiu a sessão.

Ainda de acordo com Zavascki, o crime de lesão corporal no âmbito de violência doméstica não restou suficientemente comprovado. “A bem da verdade, não há prova a indicar que a vítima tivesse, de fato, sido agredida ou que o réu fosse o autor das lesões leves que a vítima apresentava no momento do exame pericial, porquanto, como se verifica das declarações da própria vítima, ela teria “inventado” as agressões narradas na denúncia por motivo de vingança”, acrescentou o relator em seu voto.

Histórias que se repetem Brasil afora

No julgamento que absolveu Arthur Lira, os ministros da Segunda Turma do STF não consideraram que nos casos de violência doméstica é comum as supostas vítimas voltarem atrás em seus depoimentos, conforme destacou o ex-Ministro Marco Aurélio Mello em seu voto para acatar a denúncia da PGR, em 5 de dezembro de 2012.

“É uma constante. A agressão ocorre, no meio doméstico, e, posteriormente, tendo em conta até mesmo a paixão, a agredida se arrepende e dá o dito pela não dito, para haver, a seguir, quase sempre, como revelam as estatísticas da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, agressão em dose maior. Isso aconteceu com aquela que deu origem à Lei que

teve o próprio nome — Maria da Penha. E foi preciso um pronunciamento da Comissão Interamericana de Direitos Humanos para o Brasil marchar na campanha normativa e promulgar a Lei no 11.340/2006”, destacou o membro da Corte na ocasião.

A Lei Maria da Penha tinha recém-nascido quando Jullyene Lins denunciou Arthur Lira por agressão e ameaça. Ela foi sancionada no dia 7 de agosto de 2006, ou seja, apenas três meses antes.

De lá pra cá, muito se avançou. Mais recentemente, por exemplo, em julho de 2021, foi sancionado pelo governo federal o projeto que incluiu no Código Penal o crime de violência psicológica contra a mulher.

Mas, apesar de o Brasil ter

uma das melhores leis contra violência doméstica no mundo, os números de agressão contra mulheres são alarmantes.

Uma pesquisa do Fórum Brasileiro de Segurança Pública encomendada junto ao Instituto Datafolha, divulgada em março deste ano, revelou que uma a cada três mulheres brasileiras com mais de 16 anos já sofreu violência física e/ou sexual de seus parceiros ou ex-parceiros.

Isso significa, conforme os dados, que 33,4% da população feminina do país já foi vítima de violência física e/ou sexual por parte de seus parceiros íntimos ou ex-companheiros.

Ainda de acordo com o estudo denominado “Visível e Invisível: a Vitimização de Mulheres no Brasil”, se forem considera-

dos casos de violência psicológica, 43% das mulheres brasileiras já foram vítimas do parceiro íntimo. Dentre as principais vítimas, estão as divorciadas, além das negras, de baixa escolaridade e com filhos.

O estudo, que está em sua quarta edição, apontou a primeira vez o ex-companheiro como o principal autor da violência (31,3%), seguido pelo atual parceiro íntimo (26,7%). O autor da violência é conhecido da vítima na maior parte dos casos (73,7%).

De acordo com a pesquisa, 45% das mulheres vítimas de violência relataram não terem tomado atitudes diante da agressão mais grave que sofreram, e 38% afirmaram que “resolveram a situação sozinhas”.

** Os nomes foram alterados para preservar a identidade das testemunhas no processo.*



André Borges - atua como repórter há 26 anos. Natural de São Paulo, vive em Brasília desde 2010, cobrindo temas ligados ao meio ambiente, impactos sociais, política e infraestrutura

ITAIPU NA DITADURA:

mais de 100 operários mortos e 43 mil acidentes na construção

Documentos, depoimentos exclusivos e um assassinato não esclarecido ligam hidrelétrica a violações no regime de exceção

*Filha de diplomata assassinado busca respostas até hoje
Índigenas Avá-Guarani foram vítimas de Itaipu*

Lygia Jobim tinha 29 anos e estava grávida de três meses quando recebeu a notícia de que seu pai tinha desaparecido. Era início de tarde de uma quinta-feira, dia 22 de março de 1979. O embaixador José Jobim tinha saído de sua casa, no bairro de Cosme Velho, na zona sul do Rio, para visitar um amigo jornalista. O diplomata se preparava para escrever um livro sobre as negociatas que permearam a construção da hidrelétrica de Itaipu, na fronteira entre o Brasil e Paraguai.

Jobim não voltou para casa. A família, preocupada com o sumiço, acionou a polícia. “Foram duas noites assim. Eu fui com meu marido até a casa de minha mãe. Lá pelas tantas, me deitei na cama dela, nos deitamos nós duas. E eu senti um frio desconcomunal. Minha mãe se levantou, pegou um cobertor e me agasalhou, uma sensação de terror”, disse Lygia Jobim, em entrevista à Agência Pública.

As buscas não evitaram a tragédia. Dois dias depois, às 7 horas da manhã de 24 de março, o corpo do diplomata José Jobim

foi encontrado por um gari que trabalhava próximo à ponte da Joatinga, na Barra da Tijuca. Jobim pendia em uma corda amarrada ao galho de uma árvore. Suas pernas, curvadas, tocavam o solo, numa simulação grotesca de suicídio.

Naquele dia, o marido de Lygia, Ênio Silveira, foi ao local para identificar o corpo. Ele ouviu do delegado e do diretor do Instituto de Criminalística que todas as evidências apontavam que Jobim tinha morrido, na realidade, em outro local e após ter sofrido violência física, sendo pendurado ali, depois, para insinuar a situação de enforcamento.

Uma semana antes da morte, José Jobim esteve em Brasília em uma cerimônia para participar da transmissão de cargo entre embaixadores e da posse do militar João Figueiredo, que acabara de assumir a Presidência da República. Naquela ocasião, Jobim comentou com os convidados sobre o livro que preparava a respeito de Itaipu. Conhecedor do projeto em profundidade, o diplomata era



Lygia Jobim, filha do diplomata estrangeiro assassinado, busca respostas até hoje

dono de um vasto acervo de documentos sigilosos com potencial de implodir os esquemas que marcaram as obras daquela que foi, por anos, a maior hidrelétrica do mundo.

Ao comentar publicamente sobre o tema do livro, José Jobim chegou a ser alertado por pessoas próximas para que tivesse cuidado, porque parte daqueles que pretendia denunciar estava ali, ao seu lado, naquela mesma recepção.

Passados 44 anos do assassi-

nato, Lygia ainda não sabe quem matou seu pai nem quem mandou matá-lo. A certidão de óbito, que foi feita nove dias após o corpo ter sido encontrado, classificou a causa mortis como “indefinida”, porque dependia de “resultados dos exames complementares”. Em 1985, último ano da ditadura militar, a Justiça do Rio pediu o arquivamento do caso, diante da “visível inutilidade da continuação das inócuas idas e vindas do presente inquirito”.

Após investigações, coleta de testemunhos e depoimentos tomados pela Comissão Nacional da Verdade, entre 2011 e 2014, a morte de Jobim foi incluída na relação de pessoas assassinadas pela ditadura. Em 2018, a Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP) retificou seu atestado de óbito, esclarecendo que o diplomata, com 69 anos, foi vítima de um “crime de Estado”, consumado por “motivação exclusivamente política”.

Mais de quatro décadas depois, ao ser questionada pela Pública sobre como se sente a respeito do assunto, Lygia Jobim reflete em silêncio por alguns segundos, até formular uma resposta. “O que eu sinto, 44 anos depois, depende do dia. Tem dias em que volto ao momento em que isso aconteceu. E aí vem um sentimento de horror”, diz ela. “O que fizeram com ele é uma coisa inenarrável, e isso não se apaga. O tempo não apaga isso. Persigo até hoje a autoria do crime, quem fez e, sobretudo, quem mandou fazer, quem deu a ordem.

Eu quero o nome de quem disse ‘mata’. Eu quero esse nome. Eu vou conseguir.”

O crime cometido contra a família Jobim transpassa o histórico de violência, perseguição política, afronta a direitos humanos e mortes que marcou os anos de construção da hidrelétrica de Itaipu, a usina binacional que teve início em 1975 e seria concluída nove anos depois, em 1984.

Projeto desenvolvimentista da ditadura, Itaipu fez parte dos quatro grandes empreendimentos nacionais que os militares projetaram como símbolo de poder nacional, ao lado da construção da ponte Rio-Niterói, da abertura da Transamazônica (BR-231) e das usinas nucleares de Angra.

Os acontecimentos que marcaram os canteiros de obra da usina naqueles anos foram analisados por seis historiadores, durante 18 meses. O levantamento faz parte do projeto “A responsabilidade de empresas por violações de direitos durante a ditadura”, trabalho de pesquisa sobre a atuação de dez empresas

estatais e privadas nos anos de chumbo. Os estudos foram conduzidos pela Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), através do Centro de Antropologia e Arqueologia Forense (Caaf), em parceria com o Ministério Público Federal (MPF) e o Ministério Público do Estado de São Paulo (MPSP).

A partir dos relatórios, aos quais a Pública teve acesso com exclusividade, a reportagem avançou sobre os casos, buscando informações e depoimentos inéditos para revelar lacunas de

um período marcado pela barbárie da ditadura.

Cada uma das informações contidas nesta reportagem foi repassada previamente à Itaipu, para que a estatal se posicionasse. Hoje, a hidrelétrica é controlada pela estatal Empresa Brasileira de Participações em Energia Nuclear e Binacional (ENBPar), vinculada ao Ministério de Minas e Energia. Suas respostas e explicações, na íntegra, estão inseridas ao longo desta reportagem.



Documentos ligam hidrelétrica a violações no regime de exceção

Mortes e acidentes aos milhares

Itaipu foi, por anos, a maior hidrelétrica do mundo, com seus 14 mil megawatts de potência instalada. Manteve esse posto por décadas, até perder a posição para a usina de Três Gargantas, na China, inaugurada em 2003. Seus números superlativos incluem a mobilização trabalhista. Documentos das construtoras da hidrelétrica mostram que, por seus canteiros de obra, passaram mais de 100 mil trabalhadores ao longo de toda a construção. No auge dos serviços de engenharia, em 1978, chegou a reunir 32 mil trabalhadores. Maior do que muitos municípios brasileiros, a usina somava 11 vilas habitacionais no Brasil e no Paraguai. É nessa cidade temporária que os militares exerceram todo tipo de opressão, com ostensivo aparato de vigilância e monitoramento sobre a vida, o trabalho, o lazer e as atividades sindicais e políticas dos operários, quando estas existiam.

Com a imposição de jornadas diárias de trabalho que chegavam, muitas vezes, a 16 horas ininterruptas, aliadas à precariedade da infraestrutura de segurança, Itaipu se converteu num sem-fim de acidentes, muitos fatais. “O que chamava a nossa atenção era o excesso de acidente de trabalho. Não havia respeito nenhum. Caiu e morreu? Enterra. Era sim, a toda hora”, disse Antônio Fernandes Neto, 71 anos, em entrevista à Pública.

Fernandes Neto conta que viu muitas tragédias de perto, porque era técnico em segurança do trabalho de Itaipu. À época, sua equipe chegou a reunir documentos e relatos sobre mortes e acidentes ocorridos na obra. O acervo de dados apontava que até 800 pessoas teriam morrido nas obras. Todos os documentos, porém, diz ele, foram perdidos em dois incêndios “acidentais”.

“Tínhamos duas cópias desses arquivos, uma que ficava na área

administrativa e outra que guardávamos numa sala, em outro prédio, ao lado do local do Corpo de Bombeiros. Primeiro, pegou fogo no material da sala administrativa. Depois, houve outro incêndio naquela sala. Você vê que coincidência, pegar fogo nos dois arquivos? Eram os métodos da ditadura”, diz. “Não foram situações acidentais. Eu trabalhei neste levantamento e cruzamento dos dados. Aquilo foi um desrespeito total, foi um absurdo.”

Muitos acidentes ocorreram no trânsito de veículos no canteiro de obras e no lançamento de concretagem. Registros mostram que, em apenas um acidente com um guindaste sobre trilhos do tipo “Peiner”, por exemplo, cinco operários morreram de uma vez.

A Pública questionou Itaipu sobre o número de acidentes e mortos em suas obras, além dos incêndios que acabaram com os documentos e que são mencionados por seu ex-técnico em

segurança do trabalho. A empresa informou que não tem conhecimento sobre os incêndios, mas detalhou seus números oficiais a respeito das atrocidades.

Segundo a estatal, “as estimativas indicam que, de 1978 a 1984, aconteceram 43.530 acidentes de trabalho no canteiro de obras da usina, considerando brasileiros e paraguaios”. Sobre o número de mortes, Itaipu afirma que, dentro do total de acidentes, 106 foram fatais.

“Itaipu tem construído uma versão harmônica das relações de trabalho, com o apagamento da memória dos trabalhadores, produzindo uma história oficial, como a do ‘barrageiro de aço’”, diz Carla Silva, pesquisadora da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste) e coordenadora do trabalho de pesquisa relacionado à hidrelétrica. “O que vemos, na realidade, é que, muitas vezes, há uma negação da memória de quem a construiu, daqueles que

sofreram acidentes ou que morreram na obra.”

Em sua defesa, a binacional informou à Pública que “foi pioneira ao estabelecer, ainda em 1975, os Atos

Normativos para a Saúde e Segurança dos Trabalhadores” e que “naquela época, não havia regulamentação sobre o tema no Brasil e no Paraguai”.

De acordo com a empresa, foi

a partir do “aproveitamento e da ampliação de documentos surgidos na Itaipu”, como os atos normativos, que o Ministério do Trabalho e Emprego aprovou a Portaria 3.214, de 8 de

agosto de 1978, instituindo as “Normas Regulamentadoras (NRs), série de regras voltadas para a prevenção de acidentes e doenças nas empresas brasileiras”.

Listas sujas de funcionários

A avaliação sobre os trabalhadores que seriam contratados para atuar na obra não se limitava a uma leitura curricular de sua experiência profissional. A vigilância sobre a vida pregressa dos funcionários ficava a critério das Assessorias Especiais de Segurança e Informações (AESIs), departamentos da usina que tinham militares em posição de comando e estavam diretamente ligados ao governo.

Os dados eram com-

partilhados com a Divisão de Segurança e Informações do Ministério das Minas e Energia e com a pasta do Conselho de Segurança Nacional (CSN), órgão marcado por sua atuação no período do golpe militar. Agentes do CSN tinham presença constante nos canteiros da obra.

“Como projeto da ditadura, Itaipu tinha os militares nestas missões. Eram órgãos que faziam o controle dos funcionários, as listas sujas daqueles que podiam ou não ser contratados”, diz a

pesquisadora Carla Silva.

As AESIs existiram tanto do lado brasileiro quanto do paraguaio, e tinham processo militarizado de funcionamento. A troca de informações entre cada área impedia que um trabalhador que fosse demitido numa operação viesse a buscar trabalho em outra empreiteira, por exemplo. O mesmo tipo de controle era aplicado em relação aos trabalhadores estrangeiros, fazendo com que uma ficha de trabalho fosse transformada em ficha de investigação.

CONFIDENCIAL

UNICION

FICHA / INDIVIDUAL

1. NOME: _____

2. DATA DE NASCIMENTO: _____

3. NACIONALIDADE: _____

4. ESTADO CIVIL: _____

5. ENDEREÇO: _____

6. DATA DE CHEGADA AO BRASIL: _____

7. DATA DE SAÍDA DO BRASIL: _____

8. DATA DE ENTRADA EM SERVIÇO: _____

9. DATA DE SAÍDA DO SERVIÇO: _____

10. DATA DE EXPIRAÇÃO DO VISTADO: _____

11. DATA DE EXPIRAÇÃO DO CONTRATO DE TRABALHO: _____

12. DATA DE EXPIRAÇÃO DO VISTADO DE RESIDÊNCIA: _____

13. DATA DE EXPIRAÇÃO DO VISTADO DE TRABALHO: _____

14. DATA DE EXPIRAÇÃO DO VISTADO DE ESTUDO: _____

15. DATA DE EXPIRAÇÃO DO VISTADO DE VISITA: _____

16. DATA DE EXPIRAÇÃO DO VISTADO DE TRANSITO: _____

17. DATA DE EXPIRAÇÃO DO VISTADO DE SERVIÇO: _____

18. DATA DE EXPIRAÇÃO DO VISTADO DE RESIDÊNCIA: _____

19. DATA DE EXPIRAÇÃO DO VISTADO DE TRABALHO: _____

20. DATA DE EXPIRAÇÃO DO VISTADO DE ESTUDO: _____

21. DATA DE EXPIRAÇÃO DO VISTADO DE VISITA: _____

22. DATA DE EXPIRAÇÃO DO VISTADO DE TRANSITO: _____

CONFIDENCIAL

Modelo de ficha de um trabalhador estrangeiro

Indígenas Avá-Guarani vítimas de Itaipu

A construção de Itaipu interrompeu o fluxo do rio Paraná, numa área antes conhecida como Sete Quedas, um conjunto de cachoeiras que tinha forte apelo turístico na região. Tudo ficou debaixo d'água, com o fechamento da represa erguida entre Foz de Iguaçu e Ciudad del Este. À época, tratava-se da maior represa do mundo, com uma área de 1.350 km², sendo 780 km² do lado brasileiro e 570 km² em território paraguaio.

Essa imensidão de água alterou completamente a região e a vida de milhares de pessoas que, até hoje, sofrem os impactos ambientais e questionam o processo de desapropriação feito pela estatal militar. Dados da época indicam que a construção levou ao deslocamento de aproximadamente 40 mil pessoas, envolvendo direta-

mente nove municípios do oeste do Paraná. Estima-se que cerca de 8.500 propriedades foram atingidas, mas os dados não são precisos.

Uma das populações locais mais atingidas, de acordo com os pesquisadores, foram os indígenas, o povo Avá-Guarani que vive no entorno do rio Paraná, vítima de deslocamentos forçados e de etnocídio, segundo sua própria visão.

As pesquisas mostram que, embora o tratado de construção da usina tenha sido assinado em 1973, milhares de pessoas não sabiam, em 1983, que destino teriam na vida. “Não há como não inferirmos que os problemas humanos e sociais foram deixados para o último momento, levando à exaustão a capacidade de resistência e mobilização da população atingida”, afirmam os pesquisadores no relatório.

Uma das medidas tomadas à época para retirar as pessoas da região passou pelo projeto de colonização da Amazônia. Itaipu bancou a visita de colonos ao Acre. Uma das áreas oferecidas era um assentamento organizado para os atingidos em outra barragem, a da hidrelétrica de Sobradinho, na Bahia, que nem mesmo aqueles atingidos aceitaram ocupar, devido à distância e às condições inapropriadas.

As pesquisas revelam que a primeira posição da binacional foi rejeitar a

presença dos povos indígenas, como se não houvesse povos originários na região, insistindo na tese do “vazio demográfico”. Depois, houve a tentativa de “normatizar”, através de profissionais contratados, quem podia ou não ser considerado autóctone, ou seja, que se origina da região onde é encontrado, dentro daquilo que, à época, se estabelecia como “padrões antropológicos de indianidade”.

Outra iniciativa foi separar indígenas “brasileiros” dos “paraguaios”, apesar de ser de pleno conhecimento

que os indígenas se movimentavam em torno do rio Paraná, sem limites claros de fronteiras entre os países, em suas relações sociais e familiares. Há questionamentos, ainda, sobre expropriações de famílias de pescadores e pequenos agricultores da região.

“As expropriações dos indígenas foram feitas de forma irregular e permanecem em aberto até hoje.” É uma luta dos avá-guaranis, que exigem o devido tratamento como povo originário e sua reparação histórica.

Questionada pela Pública sobre

“O problema vai muito além do limite econômico. Não é por falta de recursos financeiros que essa demora e aparente desorganização ocorreu. Há um descaso que redundam em deslocamen-

tos forçados no último prazo disponível para liberação da área que seria atingida pelo reservatório. A situação segue em paralelo com a população dos avá-guaranis.”



Assinatura do Tratado de Itaipu pelos presidentes Médici e Stroessner

que os indígenas se movimentavam em torno do rio Paraná, sem limites claros de fronteiras entre os países, em suas relações sociais e familiares. Há questionamentos, ainda, sobre expropriações de famílias de pescadores e pequenos agricultores da região.

“As expropriações dos indígenas foram feitas de forma irregular e permanecem em aberto até hoje.” É uma luta dos avá-guaranis, que exigem o devido tratamento como povo originário e sua reparação histórica.

Questionada pela Pública sobre

o tema, a estatal declarou que, neste momento, está em fase de estruturação um grupo de trabalho para retomar as discussões sobre os impactos causados. Esse grupo será constituído por representantes da própria Itaipu Binacional, do Ministério dos Povos Indígenas, Funai, Casa Civil, Advocacia-Geral da União e lideranças indígenas.

“Trata-se de um grupo para debater eventual reparação histórica e temas afeitos às questões do povo avá-guarani na região”, informou a binacional.

Mortos e desaparecidos

A truculência militar ostentada no processo de construção de Itaipu deixou como legado episódios trágicos como o operário Francisco Nunes Marques, que era funcionário da empresa Adolpho Lindenberg, uma das construtoras da hidrelétrica.

Registros mostram que, no dia 28 de abril de 1975, Marques, após ter sido despedido, foi impedido de entrar na fila para apanhar sua marmita de jantar. Ao reclamar do bloqueio, foi agredido a pau-

radas por quatro funcionários da empresa e, por fim, acabou baleado. O operário chegou a ser conduzido ao Hospital São Vicente de Paula, mas morreu.

Outro capítulo sombrio diz respeito ao médico paraguaio Agustín Goiburú, que esteve sob constante vigilância das AESIs de Itaipu. Goiburú consta, até hoje, como um dos desaparecidos políticos da ditadura de Alfredo Stroessner, a ditadura militar paraguaia, que durou de 1954 a 1989. Segundo os pesquisadores,

Goiburú foi alvo de forte monitoramento no ano de 1976, tendo o comando Itaipu recebido informações constantes de sua presença.

A documentação referente a Itaipu aponta para a conexão da estatal com órgãos repressivos do Cone Sul atuaram no âmbito da Operação Condor, em ações secretas internacionais.

Aliança de ditaduras militares que governavam os principais países da América do Sul, a Operação Condor

realizava troca de informações sigilosas com o propósito de perseguir pessoas contrárias aos regimes ou ligadas ao comunismo.

"Há documentos que relatam uma suposta 'infiltração comunista' nos diversos setores das atividades. Havia um monitoramento cruzado, com intercâmbio sistemático de informações. Empregados tinham que saber fazer cifragem e decifragem de documentos", diz a pesquisadora Jussaramar da Silva.

Bloqueio de informações

CONFIDENCIAL

01/05

ITAIPU BINACIONAL
ASSESSORIA ESPECIAL DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES

INFORME Nº 2/AESI.C/IB/HR/033/288/87.

Data: 15 de julho de 1987.

Assunto: ATUAÇÃO E ATIVIDADES DE ANTONIO FERNANDES NETO, EMPREGADO DO CONSÓRCIO ITAMON/ITAIPU BINACIONAL.

Referência: -X-X-

Origem: AESI/IB/HR

Avaliação: 1

Arca: -X-X- 0403 11/01/87

País: -X-X-

Citacao anterior: DGB/ITAMON

Difusão: AC/SNI - ACT/SNI

Anexo: Cópia da FICHA INDIVIDUAL.

1. brasileiro, solteiro, filho de Antonio Fernandes Junior e de Gláucia Vieira Fernandes, nascido em 04 JUL 52, na cidade de ROLÂNDIA/PR, identidade nº 4.194.719-5/RSP/PR, é empregado do consórcio ITAIPU MONTAGEM LTDA (ITAMON), admitido em 27 DEZ 86 na função de SUPERVISOR DE SEGURANÇA DO TRABALHO, nível III. (Demais dados sobre o empregado constam do documento em anexo).

2. No dia 11 JUN 87 (quinta-feira), o empregado não se apresentou para o serviço, tendo sua falta sido justificada. No dia 12 JUN 87 (sexta-feira), aproximadamente às 20:30 horas, ANTONIO FERNANDES NETO foi preso pelas autoridades paraguaias, na colônia TAVAPI II, cerca de 60 km (sessenta quilômetros) da CIUDAD FIE SIDENTE STROESSNER/SY, sendo acusado de incitar os camponeses a movimentos de terra, tendo na ocasião afirmado que: "A TERRA É DE QUEM A CULTIVA", ação essa considerada subversiva pelas autoridades do PARAGUAI.

3. Quando de sua prisão, o mesmo possui um vó- - continua -

CONFIDENCIAL

Documento de Itaipu sobre 'infiltração comunista'

Os relatos colhidos pelos pesquisadores apontam a atuação direta da estatal Itaipu no âmbito da ditadura, mas as restrições de acesso a documentos impostas até hoje aos pesquisadores prejudicaram o resultado do trabalho, impossibilitando que se tenha uma visão mais horizontal do que se passou na construção da hidrelétrica naqueles anos.

Carla Silva, pesquisadora e coordenadora do trabalho, afirma que foram apresentados vários pedidos de acesso ao acervo completo de informações, mas que foram negados pela estatal. Em uma resposta enviada aos pesquisadores para rejeitar o pedido, Itaipu declarou que um dos membros do grupo já tinha solicitado informações no passado e que, por isso, não liberaria o acesso novamente.

"Usaram isso como

justificativa, mas isso não tem nenhum fundamento", diz Carla. "Não tivemos acesso a todo o material de Itaipu. Por mais que tenhamos solicitado, foram indeferidos os nossos pedidos de informações. Sabemos que a estatal tem a documentação organizada, mas não fomos atendidos."

Dadas as limitações impostas pela empresa, os pesquisadores passaram a recorrer a todas as bases de dados oficiais possíveis e conseguiram, ainda assim, reunir e analisar cerca de 10 mil documentos. "Foi mais fácil pesquisar na Argentina e Paraguai do que em Itaipu. Fomos ao centro de documentação que pertence ao Ministério da Justiça do Paraguai, o 'Arquivo do Terror', que guarda documentos da Operação Condor. Encontramos muita coisa."

A Pública questionou por que Itaipu não garantiu acesso irrestrito ao material solicitado e encaminhou à estatal o próprio indeferimento. Em nota, a hidrelétrica não explicou a negativa e declarou que "a atual gestão da Itaipu Binacional (margem brasileira) tem interesse em esclarecer quaisquer questões de interesse público que envolvam a empresa".

Segundo a empresa, é mantido um canal aberto na internet para receber e analisar pedidos de informação, "com o compromisso de responder no menor prazo possível".

O acervo sobre Itaipu com documentos e testemunhos faz parte de um relatório inédito da Unifesp/Coaf que será enviado ao MPF e que pretende servir de base para ações de reparação a vítimas da repressão na ditadura militar.

Reparações históricas em aberto

Quem visita hoje a usina de Itaipu se depara com uma história de vitórias e força contada por homens desbravadores que tiveram a sua imagem sintetizada na imagem do "Homem de Aço", uma escultura de duas toneladas, construída pelos operários da hidrelétrica com pedaços de sucata de maquinários, nos anos 1980.

Para os pesquisadores e milhares de atingidos pela obra, porém, a imagem do barragheiro "Nicão", como a escultura passaria a ser conhecida, não conta toda a história do que se passou

no local, e isso precisa ser reparado, tanto por meio de indenizações quanto por meio de reparações históricas. A criação de um centro de memória da construção da usina de Itaipu - que expresse as violações cometidas contra os trabalhadores e populações expropriadas - é uma dessas demandas.

Atos para omitir histórias sempre rondaram a construção da hidrelétrica. A filha do diplomata José Jobim, assassinado no Rio de Janeiro uma semana depois de ter dito que iria escrever sobre as irregularidades cometidas na

construção da usina, contou à Pública que, dias depois da morte do pai, os documentos que José Jobim guardava sobre o tema desapareceram de sua casa.

"O material estava numa mala, que foi colocada no sótão da casa, no bairro de Laranjeiras, no Rio. Tempos depois, quando abrimos a mala, vimos que parte da documentação tinha desaparecido. O material estava dentro de um envelope escrito 'documentação sobre Itaipu'. Esse envelope estava vazio", disse. "Meu pai tinha começado a

rascunhar as memórias. O capítulo Itaipu e Paraguai desapareceram."

Por alguns anos, exatamente no dia do aniversário da morte de José Jobim, um telefonema anônimo tocava na casa da família. "Minha mãe recebia uma ligação, mandando a gente parar de investigar. Isso aconteceu durante cinco, seis anos. Minha mãe respondia, com toda calma, que a gente pararia quando descobrisse a verdade."

A mãe de Lygia Jobim morreu em 2006 sem saber toda a verdade. Ela segue investigando o caso até hoje.

CHACINA DE UNAÍ: SINAIT

clama por justiça

Na entrevista abaixo, o vice-presidente do Sindicato Nacional dos Auditores-Fiscais do Trabalho, Carlos Silva, fala das principais reivindicações da categoria e sobre a Chacina de Unaí, diz: “Estamos firmes e não vamos nos furtar desta luta que é do Sindicato Nacional, dos colegas Auditores-Fiscais e dos cidadãos brasileiros que clamam por justiça”. Atente para suas genuínas reflexões. Boa leitura.

Carlos Mascarenhas

1 – Como você analisa a atuação do SINAIT no enfrentamento à questão Acidentes de Trabalho no Brasil?

Carlos Silva – O SINAIT como representante dos Auditores-Fiscais do Trabalho atua pelo fortalecimento da categoria, responsável pela fiscalização dos ambientes de trabalho. Em audiências, reuniões e palestras, o

Sindicato reforça a importância do trabalho dos Auditores em ações de fiscalização que analisa nos ambientes e processos de trabalho saudáveis, para evitar adoecimentos, acidentes e mortes de trabalhadores.



Apesar do desempenho dos Auditores-Fiscais do Trabalho, dados do Radar da SIT de Acidentes apontam que, em 2021, ocorreram 571.800 acidentes de trabalho no Brasil, com 2.487 mortes. No entanto, o número de vítimas pode ser muito maior se considerados os milhões de trabalhadores que estão na informalidade e os servidores públicos, que não entram nas estatísticas oficiais.

2 – A seu juízo, o que leva esse número de acidentes do trabalho está sempre em processo de crescimento?

CS – A diligência dos Auditores-Fiscais do Trabalho na prevenção de acidentes tem sido prejudicada pela defasagem no quadro

de servidores. Dos 3.644 cargos disponíveis na carreira, pouco mais de 1.993 mil estão ocupados — um déficit de quase 50%, é o menor contingente dos últimos 30 anos.

3 – Qual a reivindicação do SINAÍ para mudar essa realidade?

CS – O SINAÍ atua em várias instâncias pela realização de concurso público para a carreira. Apenas neste primeiro semestre de 2023, já contatamos o ministro do Trabalho, secretário-executivo do Trabalho, o secretário da Inspeção do Trabalho; os ministros da Secretaria Geral da Presidência da República, do Planejamento e Orçamento e da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos. Continuamos em

tratativas pela aprovação do pleito, além de termos o compromisso de reforço do quadro pelo ministro do Trabalho.

4 – Uma outra chaga que causa espécie, em pleno século XXI, é o chamado trabalho análogo à escravidão. Neste sentido, como o SINAÍ tem enfrentado essa questão?

CS – O SINAÍ reivindica em suas agendas no Executivo, Legislativo e Judiciário, além da recomposição do quadro e salário, o fortalecimento da categoria na estrutura ministerial, além de ampliação do orçamento da fiscalização que sofreu diversos cortes nos últimos anos. É preciso que a Pasta tenha um incremento orçamentário

robusto para conseguir viabilizar as exigências nacionais e internacionais pela erradicação do trabalho escravo e infantil no Brasil.

5 – Estatisticamente, qual o número de resgatados dessa condição? E do pon-





to de vista geográfico, onde essa exploração é mais visível? Qual o perfil dos explorados: existem mulheres e crianças nessas condições desumanas.

CS – De 1995 até agora, o Grupo Especial de Fiscalização Móvel (GEFM) já resgatou mais de 60 mil pessoas. Dados do Radar, de janeiro até 1º de maio deste ano, registraram 1.201 traba-

lhadores resgatados. Em 2022, a Inspeção do Trabalho resgatou 2.575 trabalhadores de condições análogas à escravidão, em um total de 462 fiscalizações realizadas no ano em todo o país. O Grupo Móvel realizou 32% do total das ações fiscais, encontrando trabalho análogo ao de escravo em 17 dos 20 estados. Apenas nos estados de Alagoas, Amazonas e Amapá, mesmo fiscalizados, não foram constatados casos de escravidão contemporânea em 2022. Minas Gerais foi o estado com mais ações fiscais, 117 ocorridas no ano, tendo 1.070 trabalhadores resgatados.

Em seguida vêm Goiás, com 49 fiscalizações, com 271 trabalhadores encontrados, e Bahia, com 32 ações e 82 trabalhadores encontrados. O maior resgate de trabalhadores

ocorreu no município mineiro Varjão de Minas, onde 273 trabalhadores foram resgatados de condições degradantes de trabalho na atividade de corte de cana-de-açúcar.

Em relação ao perfil social das vítimas, dados do seguro-desemprego pagos ao trabalhador resgatado mostram que 92% eram homens, sendo que 29% deles tinham entre 30 e 39 anos. Pouco mais de 50% residiam na Região Nordeste e outros 58% eram naturais dessa região. Cerca de 80% deles se autodeclararam negros ou pardos, 15% brancos e 2%, indígenas.

Quanto ao grau de instrução, 23% deles declararam ter estudado até o 5º ano incompleto, 20% que haviam cursado do 6º ao 9º ano incompletos, e 7% dos trabalhadores resgatados se declararam analfabetos.

No caso da atividade

econômica, 362 pessoas foram resgatadas no cultivo de cana-de-açúcar; 273 em atividades de apoio à agricultura; 212 na produção de carvão vegetal; 171 no cultivo de alho; 168 no cultivo de café; 126 no cultivo de maçã; 115 em extração e britamento de pedras; 110 na criação de bovinos; 108 no cultivo de soja; 102 extração de madeira, e 68 na construção civil.

Do total de ações, 73% delas ocorreram na área rural, setor que também responde por 87% dos resgates, percentual muito próximo aos de 2019 e 2020. No meio urbano (27% das ações), foram resgatados 210 trabalhadores nas atividades da construção civil (68 resgates), setor de serviços, especificamente em restaurantes (63 resgates), e confecção de roupas (39 resgates).

No caso do trabalho es-



cravo infantil, o Radar da SIT registrou ainda que 35 crianças e adolescentes foram encontrados pela fiscalização, submetidos a trabalho análogo ao de escravo. Do total de resgatados, dez eram menores de 16 anos e 25 possuíam de 16 a 18 anos no momento do resgate.

O cultivo de café foi a atividade em que mais crianças e adolescentes foram resgatados (24%). Foram encontrados ainda crianças e adolescentes em atividades esportivas, produção florestal, atividades de apoio à agricultura, cultivo de arroz, cultivo de co-co-da-baía, criação de bovinos, fabricação de produtos de madeira, produção de carvão vegetal, cultivo de soja e confecção de roupas.

6 – Em relação a Chacina de Unaí, qual sua expectativa em relação a prisão

dos mandantes já condenados, pagarem suas penas encarcerados?

CS – Estamos há 19 anos pedindo justiça pelos colegas e suas famílias. Em 2022, ficamos cinco dias na Justiça Federal em Belo Horizonte acompanhando novo julgamento do mandante Antério Mânica que foi novamente condenado. Fizemos tratativas em várias instâncias da justiça brasileira.

Em 2019, após várias gestões, o Sindicato Nacional conseguiu sensibilizar o sistema de justiça ao integrar o caso Chacina de Unaí no Observatório Nacional sobre Questões Ambientais, Econômicas e Sociais de Alta Complexidade, Grande Impacto e Repercussão. O Observatório criado em 31 de janeiro de 2019, pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e pelo Conselho Nacional do

Ministério Público (CNMP) têm como objetivo dar celeridade nas respostas do sistema de justiça às vítimas de grandes catástrofes e fatos de grande impacto.

Mais recentemente, o Sindicato Nacional em interlocução com o senador Paulo Paim (PT-RS) conseguiu aprovar no Senado, a inclusão dos nossos colegas no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria. A proposta ainda será apreciada na Câmara dos Deputados, mas, iremos trabalhar também por sua aprovação.



Acreditamos que os mandantes cumprirão suas penas em regime fechado. O SINAIT é incansável nesta fronteira. Estamos firmes e não vamos nos furtar desta luta que é do Sindicato Nacional, dos colegas Auditores-Fiscais e dos cidadãos brasileiros que clamam por justiça.



Filme Pureza



retrata uma vida dentro de uma realidade de resistência e luta vivida pelo SINAIT e Auditores no país

Por Solange Nunes | Edição: Andrea Bochi

O Filme Pureza retrata a luta de uma mãe que passou três anos na busca de seu filho por áreas de garimpo e fazendas no interior do Maranhão e Pará. Esta busca de incertezas, é como o relato de outras mães e trabalhadores brasileiros que saem de casa e encontram situações degradantes de trabalho e vida. Os relatos trazem à luz uma realidade denunciada diuturnamente pelos Auditores-Fiscais do Trabalho e pelo SINAIT. Além de ser constatado in loco por Auditores-Fiscais do Trabalho do Grupo Especial de Fiscalização Móvel (GEFM) e dos grupos de fiscalização rural, que combatem o trabalho escravo do Oiapoque ao Chuí no país.

No dia 15 de junho, Pureza Lopes Loyola, que inspirou a história do filme 'Pureza', recebeu o prêmio internacional Tip Hero (trafic in person) pela sua contribuição na luta contra a escravidão e o tráfico de pessoas. O prêmio foi entregue pelo governo dos Estados Unidos da América, em Washington. Pureza é a primeira mulher brasileira a receber a honraria.

A obra que ganhou as telas do cinema, Netflix e a Tela Quente da Rede Globo foi exibido em 34 festivais, recebeu 26 prêmios nacionais e internacionais, em 17 países: Brasil, França, EUA, Guadalupe, Itália, Rússia, China, Alemanha,

Panamá, Bolívia, Marrocos, Cuba, Reino Unido, México, Argentina, Colômbia e Líbano.

Narrativa que contou com a participação do SINAIT por quatro gestões, Rosa Maria Campos Jorge, Rosângela Rassy, Carlos Silva e Bob Machado que contribuíram para o registro inicial do filme, sua construção, elaboração, roteiro, finalização e lançamento em 2022. Além de intensa divulgação nos meios de comunicação da entidade.

De acordo com Rosa Jorge, o primeiro contato do diretor Renato Barbieri foi em sua gestão. "O diretor Barbieri foi até o SINAIT pedir apoio para registrar os direitos autorais do roteiro do filme. O diretor explicou o objetivo da obra que era o de denunciar o trabalho escravo no Brasil e mostrar a atuação dos Auditores-Fiscais do Trabalho neste combate. Atendi prontamente o pedido e acreditei na proposta, com isso o diretor pode buscar recursos em outras entidades e órgãos, já que o registro estava garantido", lembra Rosa Jorge.

Durante sua manifestação no 38º Enafit, em 2022, Renato citou o investimento inicial e o fato de a então presidente, Rosa Jorge, ter acreditado na ideia.

Rosa Jorge disse que ajudar na produção representou um compromisso do SINAIT em

denunciar o trabalho escravo. "É o nosso compromisso para a erradicação do trabalho escravo no país".

Na gestão de Rosângela Rassy, novamente Renato Barbieri fez contato com os dirigentes do SINAIT para pedir apoio, em outro momento da produção. "O resultado é a edição de um filme forte que retrata uma história real".

Para Carlos Silva, a arte é uma forma instigante de demonstrar outra realidade. "O filme conta uma história real. Com certeza, atingiu pessoas jovens e adultas, que não sabiam desta realidade".

Bob Machado, que participou do lançamento do filme Pureza e sua repercussão pelos país, considera a obra uma missão cumprida. "Foi o compromisso de quatro gestões. O filme é um sucesso. Nele, conseguimos mostrar uma realidade que precisa ter fim, além da luta da categoria para erradicar esta chaga no Brasil".

- Neste momento em que a obra, materializada no filme Pureza, ganha ampla divulgação popular e prêmios internacionais a Ascom do SINAIT, conversou com dois Auditores-Fiscais do Trabalho, Cláudia Márcia de Sousa Ribeiro e Sérgio Carvalho, que conheceram Pureza Lopes Loyola e sua busca pelo filho Abel.

Ascom/SINAIT - O que a senhora acha deste reconhecimento da luta de Pureza?

Cláudia - Acredito que o filme está contribuindo muito para divulgar esse crime que até hoje acontece no Brasil. Através do filme, a sociedade está tomando conhecimento do trabalho escravo, que ocorre não só na zona rural, mas também na zona urbana, onde adultos, adolescentes, crianças e mulheres que trabalham como domésticas são vítimas desse crime.

Ascom/SINAIT - De que forma a repercussão do prêmio e do filme na TV aberta, Tela Quente, pode contribuir no combate ao trabalho escravo?

Cláudia - Acredito que a sociedade

de através do filme e das matérias divulgadas pela imprensa, está tomando conhecimento de como acontece o trabalho escravo no Brasil nos dias de hoje. A nossa sociedade estará cada dia mais consciente do seu papel e certamente não se calará diante desse crime.

Ascom/SINAIT - O que a senhora acha deste reconhecimento da luta de Pureza, por meio do prêmio internacional Tip Hero?

Cláudia - Acho justo o reconhecimento que dona Pureza teve e está tendo, afinal ela foi, com sua sagacidade capaz de se embrenhar por fazendas onde pistoleiros e 'gatos' eram bastante violentos, inclusive ela contou que em muitas fazendas não permitiram sua entrada.

Ascom/SINAIT - Vocês conseguiram ajudar Pureza em sua luta na busca do filho Abel? A Inspeção do Trabalho foi acionada?

Cláudia - Dona Pureza, a época, foi orientada a fazer cartas para as autoridades. Então escreveu para o presidente Fernando Henrique, Ministério da Justiça, entre outros órgãos. Essa carta para o então presidente se transformou em um processo no Ministério Público Federal (MPF), "A Procura de Abel" era o título do processo, que posteriormente foi encaminhado para o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

A Ruth, secretaria à época, passou-me o processo, porque o Maranhão fazia parte da região sob minha responsabilidade. Fomos então,

Sérgio e eu, a cidade de Bacabau conversar com dona Pureza, saber como estava a situação, se deveríamos formar uma equipe Móvel para procurar o Abel.

Ascom/SINAIT - Como foi o encontro com dona Pureza?

Cláudia - Dona Pureza nos recebeu muito bem. Contou que tinha ido a várias fazendas no Pará. O interessante dessa história é que dona Pureza levava uma foto do Abel, na bolsa um gravador e fitas cassetes onde gravava a conversa que tinha com os 'gatos'. Ela nos mostrou uma bolsa cheia de fitas com gravações que fez. Saímos um pouco frustrados, com o sentimento de que o processo demorou muito a chegar ao MTE.

ENTREVISTA com o Auditor-Fiscal do Trabalho e fotógrafo, Sérgio Carvalho:

Ascom/SINAIT - O que o senhor acha do prêmio Tip Hero recebido por dona Pureza?

Sérgio - Esse reconhecimento é muito importante para luta contra o trabalho escravo contemporâneo no Brasil. Dona Pureza, com sua luta em busca do seu filho Abel, virou símbolo e referência dessa luta. Ela, na verdade, representa boa parte da população brasileira explorada no dia a dia na luta pela sobrevivência. Dona Pureza é a vida real do Brasil, ontem e hoje.

Ascom/SINAIT - Já conhecia Pureza e sua luta?

Sérgio - Em 97, o Ministério Público Federal (MPF) abriu um procedimento em busca do Abel, filho de dona Pureza. Nessa época, já tinha participado de ações do Grupo móvel de combate ao trabalho escravo. Assim, eu e a Auditora e Coordenadora do Grupo Especial de Fiscalização Móvel (GEFM) Móvel Cláudia Márcia fomos até sua casa em Bacabau (MA) para entrevista-la e conhecer sua história.

Como havia dois anos que o governo brasileiro tinha reconhecido a existência de trabalho escravo no nosso país e criado o GEFM como braço operacional da política de combate ao trabalho escravo, para atender denúncias de trabalho escravo, fomos até sua casa para ouvi-la e colher informações sobre as fazendas por onde tinha passado à

procura de Abel. Me lembro muito bem dela mostrando uma caixa de sapato com fotografias tiradas nas diversas fazendas por onde tinha passado.

Ascom/SINAIT - Como a Auditoria-Fiscal do Trabalho ajudou neste processo de busca do filho dela, Abel?

Sérgio - Quando encontramos dona Pureza em 1997, ela já tinha encontrado o seu filho. O Abel saiu de casa para trabalhar em fazendas no Maranhão e Pará e também no garimpo, em 1993, e passou três anos desaparecido. O Brasil somente reconheceu a existência de trabalho escravo em 1995 numa Assembleia da Organização as Nações Unidas (ONU) e em seguida foi criado o Grupo Móvel. Então, foi dona Pureza com sua luta que contribuiu para denunciar essa chaga que ainda existia no Brasil e fortalecer a luta contra o trabalho escravo.

Ascom/SINAIT - O filme Pureza, que contou com a promoção do SINAIT, em sua pré-produção, produção e lançamento em 2022, teve depoimentos de vocês na construção do roteiro?

Sérgio - Me recordo de ter enviado muitas fotos para pré-produção tanto do filme Pureza, como do documentário Servidão, dirigido também pelo Renato Barbieri, que traz depoimentos diversos sobre a escravidão moderna.

Ascom/SINAIT - O que o senhor acha da repercussão atual no filme Pureza na Google Play da Rede Globo; na TV aberta, sessão Tela Quente, da Rede Globo e também na Netflix?

Sérgio - Por abordar um tema tão importante, podendo alcançar um grande público, acho importante pra levar para sociedade esse problema que ainda existe no Brasil. A luta de dona Pureza, sua vida transformada em filme, os prêmios conquistados contribuíram para dar a visibilidade necessária e a conscientização para esse drama que ainda persiste em todas as regiões do país. Não é só um problema da região Norte ou Nordeste. O trabalho escravo, infelizmente, está presente em todo o país, nas grandes cidades como São Paulo e Rio de Janeiro. Também em diversos setores econômicos que vão desde as atividades rurais como urbanas, à exemplo, da construção civil e da confecção de roupas.

Ascom/SINAIT - O senhor é Auditor-Fiscal do Trabalho e fotógrafo. Há quantos anos registra e denuncia por meio das imagens o trabalho escravo no país?

Sérgio - Eu entrei no Ministério do Trabalho em 1995 e já 1996 participei de uma ação de combate ao trabalho escravo na região da Serra do Cachimbo, entre o Pará e Mato Grosso. Foi uma ação muito difícil para apurar denúncia de trabalho

escravo na Floresta Amazônica. Havia relatos de assassinatos, grilagem de terra e muitos outros crimes. Depois dessa ação, decidi utilizar a fotografia como ferramenta para denunciar esse crime e dar visibilidade a esses trabalhadores invisíveis transformados em coisa, usurpados de seus direitos básicos.

Ascom/SINAIT - Como seu trabalho pode mudar esta realidade?

Sérgio - A fotografia além de uma importante ferramenta de trabalho, para registrar irregularidades, as péssimas condições de trabalho e ilustrar relatórios da Auditoria Fiscal do Trabalho, é também fundamental para revelar para sociedade e para autoridades os graves crimes contra os direitos fundamentais dos trabalhadores nas mais diversas atividades econômicas e em todas as regiões do país.

Ascom/SINAIT - O senhor tem algum novo projeto sobre o tema?

Sérgio - Venho registrando desde 2019 as péssimas condições de trabalho de migrantes de origem andina na indústria do vestuário em São Paulo. Durante o 39º Enafit, que ocorrerá de 17 a 22 de setembro deste ano, na capital paulista, pretendemos fazer a primeira exposição desse ensaio sobre o trabalho escravo nas facções têxteis em São Paulo e, se possível, lançar um livro sobre o tema.



Vera
Jatobá

Diretora do SINAIT participa de audiência pública na Câmara sobre o PL que regulamenta artigo da Emenda 81

Por Dorivândia Ribeiro |
Edição: Andrea Bochi

A Diretora do SINAIT, Vera Jatobá, participou, na tarde de quinta-feira 22, de audiência pública que debateu o “PL 1102/2023, que regulamenta o art. 243 da Constituição Federal para dispor sobre expropriação das propriedades rurais e urbanas onde se localizam a exploração de trabalho em condições análogas à de escravo e dá outras providências”.

O debate foi promovido pela Comissão de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial da Câmara dos Deputados e conduzida pela Deputada Reginete Bispo (PT/RS), autora da proposta.

A Diretora Vera Jatobá, que participou virtualmente, cum-

primentou todos e em especial a Deputada Reginete pela oportunidade de trazer à tona uma discussão sobre uma proposição consistente, que já tem décadas que vem sendo discutida.

“Essa política a ser implantada, com a regulamentação proposta pela deputada, reforça o sistema punitivo que tanto faz falta para a finalização das nossas ações”, defendeu a diretora do SINAIT.

Vera recordou que o debate sobre o tema da audiência pública vem desde 1995, quando o então deputado Paulo Rocha apresentou a primeira proposta de perda de propriedade.

Na sua opinião, a proposta da deputada é uma oportunidade de se unir forças e se batalhar, ainda mais, em prol da regulamentação à punição aos empregadores que

promovem o trabalho análogo à escravidão.

“Esse reconhecimento da competência da fiscalização está na constituição federal e em normas internacionais. Então, é de extrema importância para os Auditores-Fiscais que haja um intenso trabalho para a regulamentação da matéria, contribuindo para banir essa chaga”, reforçou Vera.

Ela reiterou ainda que esse debate tem a responsabilidade social de contribuir não só para a atuação dacarreira, mas em especial para a sociedade e o trabalhador. E mostrou números relativos à atuação da Auditoria-Fiscal do Trabalho que alcançou recordes de resgate de trabalhadores na condição análoga à de escravo. Conforme os dados apresentados pela diretora do SINAIT, desde 1995, mais de 61 mil

trabalhadores foram resgatados. “Até no período da pandemia nós tivemos resgates, houve efetivo trabalho da fiscalização”.

Durante sua manifestação, ela lembrou da criação dos grupos móveis e das dificuldades enfrentadas desde a sua criação até os tempos atuais. Também destacou a necessidade de um aumento no efetivo de Auditores-Fiscal no país. “A gente teve agora o menor contingente em 30 anos, e temos que considerar que a população cresceu e o quadro de Auditores foi sendo reduzido ano após ano. Inclusive, na semana passada, o governo anunciou a abertura de concurso com 900 vagas para o cargo de Auditor-Fiscal do Trabalho”. Vera avalia como um importante reconhecimento da necessidade de ampliação do quadro.

Mobilização e luta

SINAIT garante realização de concurso com 900 vagas para Auditor-Fiscal do Trabalho



Entidade não agiu somente no lado institucional e levou a pauta a toda a sociedade, para que compreendesse a importância para o país de uma Inspeção do Trabalho forte

Por Dâmares Vaz
Edição: Andrea Bochi

A Auditoria-Fiscal do Trabalho e a sociedade receberam nesta sexta-feira, 16 de junho, a boa notícia da realização de

concurso com 900 vagas para Auditor-Fiscal do Trabalho. É a maior seleção anunciada para a carreira, e chega como resultado de intensa mobilização e luta do SINAIT, que atuou junto ao governo, Congresso

Nacional, Judiciário, Ministério Público do Trabalho, instituições internacionais, sociedade, fóruns.

Hoje o déficit de Auditores chega a quase 50% dos cargos autorizados, e apenas 1.940 servidores

respondem pela fiscalização trabalhista em um país continental como o Brasil. O último concurso ocorreu em 2013 e trouxe somente cem vagas, quantidade que não repôs nem o número de Auditores que

se aposentou naquele ano. Nesse cenário, houve o crescimento do trabalho escravo e infantil, porque a pobreza e vulnerabilidade dos trabalhadores aumentaram, em razão da precarização do trabalho e da pandemia. Mas a Inspeção do Trabalho diminuiu, quando mais o país precisa dela.

A pauta do concurso sempre foi tratada prioritariamente pelo SINAIT. A recomposição do quadro da Auditoria-Fiscal do Trabalho foi pedida a sucessivos ministros do Trabalho, a sucessivos secretários de Inspeção do Trabalho, a sucessivos procuradores-gerais do Trabalho e advogados-gerais da União, a centenas de deputados e senadores ao longo das últimas legislaturas, em centenas de audiências públicas e sessões solenes no Congresso Nacional e em casas legislativas municipais e estaduais. Anualmente o assunto também vem sendo tratado com a Embaixada dos Estados Unidos no país.

Mais recentemente, desde a transição de governo, as ações pelo pleito vinham sendo intensificadas, com diálogo e mobilização frequente no Executivo, no Legislativo e no Judiciário. Nas bases, também houve ação, e os delegados sindicais reu-

niram-se com os superintendentes Regionais do Trabalho para entregar a eles pedido de abertura da seleção e apoio na sensibilização do governo para a urgência do certame.

A entidade não agiu somente no lado institucional e levou a pauta para toda a sociedade, a fim de que compreendesse a importância para o país de uma Inspeção do Trabalho forte, para a defesa de um dos direitos fundamentais do ser humano, que é a dignidade no trabalho. Campanhas massivas de mídia foram feitas, articulação com centrais sindicais e outras entidades em fóruns e grupos, diálogo com a imprensa sobre a atuação da Auditoria. Não foi pequena a luta do SINAIT.

Além disso, o Sindicato sempre fez questão de divulgar para a categoria todo o trabalho em torno da pauta, pedindo sempre união para fortalecer o pleito. Todas as ações estão registradas no site do Sindicato.

E o presidente do SINAIT, Bob Machado, avisa: “Vamos continuar nos articulando em busca de que sejam preenchidas todas as vagas da carreira e, muito mais do que isso, que seja ampliado o quantitativo de cargos para que possamos atender todas as necessidades da sociedade”.

DENÚNCIAS À OIT

Em 2012, o SINAIT alertou a Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre a falta de Auditores-Fiscais do Trabalho, com o envio da Nota Técnica nº 4, de 2012, publicada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) em parceria com o Sindicato, que constatou a necessidade de, pelo menos, mais 5.800 Auditores-Fiscais do Trabalho para dar conta das demandas do país. O Ipea apontou ainda a queda do número de Auditores em relação ao aumento de trabalhadores que precisam de proteção.

Em 21 de março de 2014, o SINAIT denunciou pela primeira vez o governo brasileiro à OIT pelo número insuficiente de Auditores-Fiscais do Trabalho. A denúncia também foi encaminhada para Genebra, na Suíça, onde está a sede da organização.

Tanto o alerta como a denúncia revelaram o descumprimento da Convenção 81 da OIT, ratificada pelo Brasil, especialmente do artigo 10, que estabelece, aos países signatários, quantitativo suficiente de Auditores-Fiscais do Trabalho em relação ao número de estabelecimentos, de trabalhadores, além de observar também as exigências demandadas

pela complexidade de suas legislações trabalhistas.

Em 31 de outubro do mesmo ano, 2014, o SINAIT ratificou a denúncia da falta de Auditores e registrou uma nova diante das poucas providências tomadas pelo Ministério do Trabalho a respeito das condições laborais dos seus servidores e da falta de infraestrutura de suas unidades. A denúncia também incluiu o diagnóstico das péssimas condições dos prédios das unidades do Ministério do Trabalho nos estados, a partir de levantamento das Delegacias Sindicais.

Em julho de 2017, o SINAIT denunciou o corte de 70% das verbas da fiscalização, que prejudicou principalmente o combate ao trabalho escravo e trabalho infantil. Depois desta denúncia, a OIT informou que o assunto seria levado para apreciação do Comitê de Peritos sobre Aplicação de Convenções e Recomendações.

Em 2018, na 107ª Conferência da OIT, o SINAIT apresentou novas denúncias de descumprimento de convenções ratificadas pelo Brasil, especialmente a Convenção 81.

EM MARÇO DE 2023, O SINAIT VOLTOU ACOBRAR DA OIT RESPOSTAS ÀS DENÚNCIAS.

SC: AUDITORES-FISCAIS

resgatam 14 trabalhadores em situação degradante numa plantação de batatas em Água Doce



Auditores-Fiscais do Trabalho da Gerência Regional do Trabalho de Ponta Grossa constataram situação degradante e irregular de trabalho e moradia de 14 pessoas em plantações de batatas nos municípios de Água Doce (SC) e General Carneiro (PR). A ação realizada nos dias 13 e 14 de junho, sob coordenação dos Auditores, foi apoiada por agentes da Polícia Federal.

Das 14 vítimas, a equipe de Auditores-Fiscais constatou condições degradantes e situação irregular de trabalho. Desses, três estavam em situação análoga à escravidão, que eram oriundos dos estados do Maranhão, Pernambuco, Goiás e que estavam alojados numa fazenda no município de Água Doce.

Outros nove trabalhadores,

moradores da região, foram encontrados sem registro em carteira. Já a situação dos dois menores de idade, de 16 e 17 anos, foi configurada como sendo trabalho infantil.

IRREGULARIDADES

Os três trabalhadores escravizados foram encontrados na colheita de batatas descalços e vestindo a própria roupa para o trabalho, apesar de a temperatura na região estar em torno dos 6°C. Os empregadores não ofereceram qualquer dos equipamentos de proteção individual (EPI) exigidos para a atividade, como botina para proteção, colete reflexivo, perneiras e vestimentas de corpo inteiro.

Além disso, as vítimas estavam alojadas em uma casa com

goteiras e infiltrações, com colchões dispostos direto no chão, em que a porta externa não tinha vedação contra o frio, e com um chuveiro elétrico quebrado, o que obrigava os trabalhadores a tomarem banhos gelados, mesmo com as baixas temperaturas. Eles próprios ainda precisaram adquirir as roupas de cama e cobertores das quais faziam uso.

A jornada de trabalho era exaustiva, iniciando às 5h da madrugada e se estendendo até as 18h. Na fazenda, ainda não havia como aquecer as marmitas que os próprios trabalhadores providenciavam.

"O empregador vai ter que arcar com o pagamento das verbas rescisórias. São garantidos aos trabalhadores resgatados descanso, FGTS, férias, 13º, todos os direitos trabalhistas.

O empregador vai ter que arcar com esses custos, além das multas por não ter cumprido os dispositivos legais", afirmou Rubens Patrui Filho, coordenador de Fiscalização Rural.

Segundo os Auditores-Fiscais, em diversas lavouras foi verificada a mesma prática. Em Guarapuava também na batata, em Cerro Azul na pocan, em Reserva, no tomate.

OPERAÇÕES

Entre janeiro e julho de 2023 foram realizadas 27 fiscalizações contra trabalho análogo ao escravo no Paraná.

Elas resultaram em 11 menores de idade afastados de trabalho infantil, 100 trabalhadores identificados sem registro adequado de trabalho e 75 multas aplicadas.